
***CPFL Energias
Renováveis S.A.***

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente***

Relatório da Administração

Senhores e senhoras acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados consolidados em relação ao exercício de 2023, exceto quando especificado de outra forma.

1. Considerações iniciais

A CPFL Renováveis está entre os líderes no segmento de energia renovável, atuando nas quatro fontes: eólica, biomassa, pequena central hidrelétrica (PCH)/central geradora hidrelétrica (CGH) e solar. Além disso, possui em seu portfólio 2 usinas hidrelétricas (UHEs), totalizando uma capacidade instalada de 2.878 MW.

Ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício. Reconhecida por seus processos de gestão fundados na excelência operacional, a CPFL Renováveis e as empresas nas quais detém participação reafirmam o compromisso de ampliar sua capacidade de geração baseada em fontes limpas e renováveis, com investimentos considerados indispensáveis para o desenvolvimento sustentável das comunidades em que atuam.

2. Comentário sobre a conjuntura

Ambiente macroeconômico

O ano de 2024 começou sob a perspectiva de que a inflação nos EUA iria convergir à meta de forma mais rápida. Esta expectativa foi frustrada no primeiro semestre, pela manutenção da robustez no mercado de trabalho e números menos favoráveis de inflação. Dados mais enfraquecidos de emprego e inflação a partir de julho levaram o FED a cortar os juros para 4,25%-4,50% ao ano no encerramento de 2024.

No entanto, a partir de meados de outubro, o candidato Donald Trump passou a ser considerado favorito para vencer as eleições dos Estados Unidos, com promessas de campanha com potenciais tendências inflacionárias. Esse fator, combinado à divulgação de dados econômicos que mostraram que a desaceleração da atividade e da inflação estava ocorrendo de forma mais lenta, instigou cautela nas decisões do FED a respeito do prosseguimento do ciclo de cortes de juros. Assim, reduziram-se as expectativas para cortes de juros em 2025, contribuindo para o fortalecimento do dólar, que também tem se beneficiado pelo crescimento mais forte da economia norte-americana.

No Brasil, o ano de 2024 foi marcado por surpresas positivas no ritmo de crescimento da atividade econômica.

Apesar da queda da safra de grãos em relação a 2023 (que havia sido recorde), causada por fatores climáticos, o crescimento mais forte decorreu de uma combinação de: (i) pagamento extraordinário de precatórios, de cerca de R\$ 90 bilhões ao final de 2023; (ii) reforço de caixa de governos regionais em 2023, abrindo espaço para ampliação dos gastos em 2024, ano de



eleições municipais; (iii) continuidade do bom momento do mercado de trabalho, reforçado pela dinâmica benigna da construção civil; e (iv) melhora do mercado de crédito.

Começando pelo último fator: o mercado de crédito se beneficiou da redução da taxa básica de juros (a Selic) iniciada em 2023 e que se estendeu para o primeiro semestre de 2024; o crédito não-bancário também teve um bom ano, estimulado pela emissão de debêntures. O crédito às famílias ainda colheu os benefícios do programa Desenrola, ocorrido ao final de 2023.

A massa de renda ampliada sustentou alta de cerca de 7% em termos reais em 2024, mesmo após dois anos de expansão substancial em 2022 e 2023. Parte deste aumento refletiu a ampliação da ocupação, mas o rendimento médio real dos trabalhadores também cresceu com força, fomentado tanto pela alta real do salário-mínimo como pela taxa de desemprego historicamente baixa (e abaixo da taxa de desemprego neutra). O emprego formal também se expandiu ao longo do ano, encerrando 2024 com uma criação líquida de vagas em torno de 1,4 milhão.

Entre os estímulos fiscais, vale notar que o pagamento de precatórios da ordem de R\$ 90 bilhões ao final de 2023 significou uma injeção de recursos de cerca de 0,8% do PIB na economia. Além disso, os gastos dos governos regionais, em ano de eleições municipais, em conjunto com a retomada do programa "Minha Casa, Minha Vida", ajudaram a turbinar o setor de construção civil. O governo federal também direcionou cerca de 0,2% do PIB em recursos para o Rio Grande do Sul, após a tragédia climática que acometeu o estado. Apesar das perdas significativas, os esforços de reconstrução acabaram por reforçar a expansão do setor de construção, bem como da indústria de bens de consumo (especialmente duráveis).

A evolução das contas do governo foi tema central durante o ano. Iniciativas de utilização de fundos públicos para execução de programas (com menor transparência), declarações desfavoráveis ao ajuste das contas e o anúncio do pacote fiscal em novembro, que veio acompanhado de anúncio de aumento da faixa de isenção da cobrança de imposto sobre a renda, aumentaram a desconfiança dos mercados em relação ao comprometimento do governo com a estabilidade das contas públicas. Com isso, as taxas de juros de prazo mais longo acentuaram a tendência de alta e o câmbio disparou.

O real se depreciou fortemente em 2024, em parte pelo cenário externo mais conturbado, em face do aumento de incertezas, acompanhando um movimento que ocorreu com diversas outras moedas de países em desenvolvimento e exportadores de *commodities*. Não obstante, cerca de metade da depreciação deveu-se à piora de percepção do quadro fiscal doméstico, pois a depreciação do real foi quase o dobro da verificada por uma cesta de moedas comparativa.

A depreciação do câmbio, bem como as condições climáticas menos favoráveis, exerceu relevante pressão sobre a inflação. O mercado de trabalho aquecido acabou se refletindo também na formação de preços mais sensíveis à atividade econômica, como os serviços. Com isso, a inflação encerrou o ano mais uma vez acima do teto da meta, de 4,5%.

As expectativas de inflação seguiram trajetória de descolamento das metas ao longo do ano. Nesse contexto, o Copom suspendeu o ciclo de cortes da Selic antes do que se imaginava, quando a Selic estava em 10,50% ao ano. Em setembro, o Copom retomou a elevação da Selic, que encerrou o ano de 2024 em 12,25% (11,75% em 2023).

Assim, apesar do bom desempenho da atividade econômica e do mercado de trabalho em 2024, a piora do quadro externo e fiscal doméstico resultou em condições financeiras mais adversas, com depreciação do câmbio, alta da inflação e das taxas de juros.

3. Desempenho operacional



O ano de 2024 foi marcado por uma melhor performance de nossos parques eólicos em relação a 2023. Nossa disponibilidade permaneceu em um patamar elevado, de 94,7%, e contribuiu para o resultado do ano, e a geração eólica cresceu 1,8%. Apesar do impacto nas condições estruturais do sistema obrigaram o ONS a restringir a geração de parques eólicos, o que afetou a energia gerada no ano.

O portfólio da CPFL Renováveis é de 2.878 MW de capacidade instalada em operação, compreendendo 2 UHEs (830 MW), 49 parques eólicos (1.391 MW), 46 PCHs e CGHs (472 MW), 4 usinas termelétricas a biomassa (185 MW) e 1 usina solar (1 MW).

Estamos constantemente avaliando novas oportunidades para explorar investimentos em projetos de geração. Contamos com um pipeline de 4.399 MW de projetos em desenvolvimento para os próximos anos e finalizamos a PCH Lucia Cherobim, com 28,0 MW de capacidade instalada, localizada no estado do Paraná, com entrada em operação comercial em janeiro de 2025.

4. Desempenho econômico-financeiro

Receita operacional: a receita operacional bruta foi de R\$ 3.892 milhões em 2024, representando uma redução de 0,2% (R\$ 9 milhões). As deduções da receita operacional foram de R\$ 261 milhões em 2024, redução de 0,4% (R\$ 1 milhão). A receita operacional líquida foi de R\$ 3.631 milhões em 2024, uma redução de 0,2% (R\$ 8 milhões).

Geração operacional de caixa (EBITDA): o EBITDA foi de R\$ 2.452 milhões em 2024, representando uma redução de 10,6% (R\$ 290 milhões), principalmente devido ao aumento de 37,9% (R\$ 199 milhões) no PMSO (despesas com pessoal, material, serviços de terceiros, outros custos/despesas operacionais e entidade de previdência privada), conforme abaixo:

- ✓ Aumento de 1,6% (R\$ 2 milhões) nas despesas com pessoal;
- ✓ Redução de 25,4% (R\$ 0,6 milhão) nas despesas com entidade de previdência privada;
- ✓ Redução de 18,1% (R\$ 8 milhões) nas despesas com material;
- ✓ Aumento de 5,8% (R\$ 15 milhões) nas despesas com serviços de terceiros; e
- ✓ Aumento de 241,4% (R\$ 190 milhões) em outros custos/despesas operacionais.

A queda ainda é explicada pelos seguintes fatores: (i) o aumento de 20,1% (R\$ 74 milhões) no custo com energia elétrica e encargos; (ii) a redução de 0,2% (R\$ 8 milhões) na receita líquida. Por outro lado, a equivalência patrimonial apresentou aumento de R\$ 8 milhões, o que compensou parcialmente os efeitos anteriores.

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA*

	2024	2023
Lucro Líquido	1.204.298	1.382.380
Depreciação e Amortização	690.197	670.541
Amortização Mais Valia de Ativos	62	62
Resultado Financeiro	247.468	433.297
Contribuição Social	85.280	73.476
Imposto de Renda	224.862	182.104
EBITDA*	2.452.169	2.741.860

*Conforme Resolução CVM nº 156/22



Lucro líquido: a CPFL Renováveis apurou lucro líquido de R\$ 1.204 milhões em 2024, representando uma redução de 12,9% (R\$ 178 milhões), refletindo: (i) a redução de 10,6% (R\$ 290 milhões) no EBITDA; (ii) o aumento de 21,3% (R\$ 56 milhões) nas contas de imposto de renda e contribuição social; (iii) o aumento de 2,9% (R\$ 20 milhões) na depreciação e amortização. Estes efeitos foram parcialmente compensados pela redução de 42,9% (R\$ 186 milhões) nas despesas financeiras líquidas.

Endividamento: no final de 2024, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Renováveis atingiu R\$ 3.238 milhões, uma redução de 17,4%.

5. Investimentos

Em 2024, foram investidos R\$ 350 milhões, destinados principalmente à construção da PCH Lucia Cherobim e manutenção de usinas e parques eólicos.

6. Aspectos ESG (ambientais, sociais e de governança)

A CPFL Renováveis desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir com o desenvolvimento sustentável das áreas de abrangência. Alinhada ao Plano Estratégico do Grupo CPFL, a estratégia de sustentabilidade/ESG é incorporada aos processos decisórios, ações e investimentos, conforme destaques a seguir.

Plano ESG 2030: aprovado em 2022 como uma evolução do Plano de Sustentabilidade 2020-2024, traz diretrizes e estratégias organizadas em quatro pilares: Soluções renováveis e inteligentes, Operações sustentáveis, Valor compartilhado com a sociedade e Atuação segura e confiável. O plano se desdobra atualmente em 24 compromissos públicos norteados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, tendo sido revisado os compromissos 4, 11, 17, 22, 23 e adicionado o 24, em janeiro de 2025. Mais informações em: <https://ri.cpfl.com.br/> > Estratégia de Sustentabilidade > Plano ESG 2030.

Plataforma de Sustentabilidade: ferramenta de gestão do desempenho em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano ESG 2030.

Comitê de Sustentabilidade: instância da diretoria executiva responsável por monitorar a execução da estratégia ESG, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para a empresa.

Mudanças do Clima: estamos comprometidos com a transição para uma economia de baixo carbono e enfrentamos o desafio das mudanças climáticas com senso de urgência, responsabilidade e determinação. Mais informações em: <https://ri.cpfl.com.br/> > Estratégia de Sustentabilidade > Mudanças Climáticas.

Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE): o Programa de Integridade do Grupo CPFL formaliza o compromisso com os valores éticos que permeiam suas ações e negócios, sendo composto por 4 dimensões que visam seu aprimoramento contínuo e evidenciam o tom e a prática da alta administração: (i) desenvolvimento, orientação e revisão de normas, com destaque para o Código de Conduta Ética; (ii) treinamentos, ações de comunicação, campanhas de sensibilização e engajamento para públicos internos e externos; (iii) apuração de denúncias, diligências e outros processos de avaliação de riscos; e, (iv)



monitoramento de indicadores, avaliações pelo Comitê de Ética e Conduta Empresarial (COMET) e reporte dos resultados do Programa de Integridade aos fóruns executivos. O Programa conta, ainda, com um canal de ética externo e independente e um processo robusto de apuração de registros éticos que garante o sigilo, anonimato e não retaliação do denunciante de boa fé. Dentre as ações executadas no decorrer de 2024, temos como principal destaque a ampliação do escopo da certificação ISO 37001 para Sistema de Gestão Antissuborno e Anticorrupção, o que atesta o alto padrão de governança e transparência com que o Grupo CPFL conduz suas atividades. Tivemos ainda a atualização da matriz de riscos de Compliance, aplicação da segunda edição da pesquisa de maturidade do programa de integridade, desenvolvemos e implementamos o procedimento de doações e atualizamos e robustecemos o procedimento de conflito de interesses. O Programa contou ainda com um robusto plano de treinamentos para 2024 atingindo principalmente o público operacional, bem como treinamentos conduzidos em parceria com CPFL+Diversa e CIPA. Em 2024 tivemos a celebração do dia da integridade, pela primeira vez na cidade de Santos/SP, com a presença do jornalista esportivo Felipe Andreoli e um treinamento focado para liderança ministrado pelo professor doutor Alexandre Di Micelli. Contamos também com o lançamento da campanha de comunicação "integridade é prioridade" e 12 Conversas Mensais de Integridade, das quais destacamos os temas "Política Anticorrupção", "Assédio moral e tratamento desrespeitoso", "Assédio sexual e importunação sexual", e "Relacionamento com agentes público e boas práticas em ano eleitoral", além de apurações de denúncias, avaliações de riscos e emissão de pareceres de *due diligence* e *background check*.

Relacionamento com a Comunidade: entre as ações que visam contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a CPFL Renováveis atua, em 2024 destacam-se: **(i) CPFL Jovem Geração:** foram executados projetos de transformação social através da cultura e esporte, através de projetos voltados para a redução dos níveis de vulnerabilidade social entre crianças e jovens das comunidades parceiras do grupo; **(ii) CPFL nos Hospitais:** foram executados projetos de melhorias na infraestrutura hospitalar, pesquisas oncológicas e humanização hospitalar, beneficiando mais de 43 mil pessoas; **(iii) CPFL Intercâmbio Brasil-China (programação presencial e digital – alcance nacional):** foram executados projetos que visam as trocas culturais, fortalecendo os diálogos entre os dois países. Ao todo, a frente impactou 835 mil espectadores; **(iv) Circuito CPFL:** Através da frente Circuito CPFL, levamos cinema movido a energia solar, beneficiando mais de 3 mil espectadores; **(v) Café Filosófico CPFL (programação digital – alcance nacional):** realizamos 33 gravações em nosso estúdio e 1 gravação especial comemorativa em Ribeirão Preto. Ao todo, ao longo de 2024, foram 153 exibições dos programas Café e Café Expresso na TV Cultura e no Youtube e 23 milhões de visualizações em ações digitais.

Gestão de Recursos Humanos: em 2024, treinamos 727 colaboradores. Foram 22 mil horas treinadas. Também tivemos o treinamento para a comunidade, com Escola Indígena para formação de eletricitista auxiliar de manutenção. Teve 1 turma, 21 participantes, 19 aprovados e 10 contratados.

7. Auditores independentes

A PriceWaterHouseCoopers Auditores Independentes ("PwC") foi contratada pela CPFL Renováveis para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a PwC prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços:



Natureza

Asseguração de covenants financeiros

Serviços de compliance tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)

Revisão da ECD Contábil do ano calendário

Serviços de Benchmarking para dados de Capital Humano

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Em linha com o previsto pela Instrução CVM 162/22, a administração possui políticas e controles que tratam, dentre outros assuntos, sobre o porte da empresa de auditoria a ser contratada para fins de auditoria das demonstrações financeiras e sobre as regras de contratação de fornecedores para serviços de auditoria e "extra-auditoria". Tal política, dentre outros motivos, tem como objetivo evitar a existência de conflitos de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Ademais, a PwC declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

8. Agradecimentos

A Administração da CPFL Renováveis agradece às empresas com as quais desenvolve seus negócios, aos seus fornecedores e às comunidades em que atua, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2024. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta empresa do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

Sumário

Balço Patrimonial.....	3
Demonstraço do resultado.....	5
Demonstraço do resultado abrangente	6
Demonstraço das mutaço es no patrimnio lquido	7
Demonstraço dos fluxos de caixa.....	7
Demonstraço do valor adicionado	9
(1) CONTEXTO OPERACIONAL	10
(2) APRESENTAÇO DAS DEMONSTRAÇO ES FINANCEIRAS	13
(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTI CAS CONTÁBEIS.....	15
(4) DETERMINAÇO DO VALOR JUSTO.....	27
(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	27
(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	28
(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRI AS E PERMISSONÁRI AS	28
(8) TRIBUTOS A COMPENSAR	29
(9) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS.....	30
(10) ARRENDAMENTOS	33
(11) OUTROS ATIVOS.....	34
(12) INVESTIMENTOS	35
(13) IMOBILIZADO	44
(14) INTANGÍVEL.....	46
(15) FORNECEDORES	48
(16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	49
(17) DEBÊNTURES.....	54
(18) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA.....	55
(19) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇO ES A RECOLHER	60
(20) PROVISÕES	61
(21) RESSARCIMENTOS.....	65
(22) OUTRAS CONTAS A PAGAR	65
(23) PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	66
(24) LUCRO POR AÇO	67
(25) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	68
(26) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	68
(27) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	69
(28) RESULTADO FINANCEIRO	70
(29) TRANSAÇO ES COM PARTES RELACIONADAS	70
(30) SEGUROS	72
(31) GESTÃO DE RISCOS	73
(32) INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	75
(33) TRANSAÇO ES NÃO ENVOLVENDO CAIXA.....	81
(34) COMPROMISSOS	82



CPFL ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.
Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	132.907	96.937	227.864	474.765
Títulos e valores mobiliários	6	14.949	31.889	343.417	208.473
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	205.679	206.500	444.081	480.471
Dividendos	12	7.136	75.320	-	7.517
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	9.072	11.770	19.449	27.461
Outros tributos a compensar	8	48.803	35.095	87.360	77.074
Derivativos	32	16.260	-	16.260	-
Estoque		20.719	22.010	63.767	64.726
Outros ativos	11	80.187	52.431	155.242	118.702
Total do circulante		535.712	531.952	1.357.440	1.459.189
Não circulante					
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	2.959	6.381	15.989	9.393
Coligadas, controladas e controladora	29	16.945	22.489	-	-
Depósitos judiciais	20	2.953	2.729	19.356	18.204
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	61.060	43.456	96.118	80.667
Outros tributos a compensar	8	-	49	3.542	4.218
Derivativos	32	2.126	5.709	2.126	5.709
Créditos fiscais diferidos	9	194.059	259.019	195.296	260.771
Adiantamento para futuro aumento de capital	12	-	128.500	-	-
Arrendamentos	10	7.340	6.380	55.816	56.535
Outros ativos	11	24.265	25.550	106.247	128.844
Investimentos	12	5.953.964	6.084.592	103.596	114.396
Imobilizado	13	1.483.369	1.552.960	6.988.320	7.325.172
Intangível	14	578.784	654.701	1.819.761	1.988.017
Total do não circulante		8.327.824	8.792.515	9.406.167	9.991.926
Total do ativo		8.863.536	9.324.467	10.763.607	11.451.115

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Circulante					
Fornecedores	15	94.181	74.216	214.047	231.978
Empréstimos e financiamentos	16	117.784	379.312	133.727	394.951
Debêntures	17	3.386	825	3.386	825
Entidade de previdência privada	18	5.706	8.503	5.706	8.503
Taxas regulamentares		64.013	58.185	64.596	58.877
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	127.368	176.990	156.472	212.741
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	19	28.638	27.318	41.653	40.027
Mútuos entre coligadas, controladas e controladora	29	-	2.645.148	123.372	2.700.316
Contas a pagar por aquisições		12.210	11.858	12.210	11.858
Dividendos a pagar		295.747	337.084	296.011	337.262
Provisões	20	-	-	12.699	6.106
Obrigações estimadas com pessoal		14.421	14.056	14.421	14.056
Derivativos	32	7.695	19.529	7.695	19.529
Ressarcimento	21	198.620	102.096	696.866	549.493
Arrendamentos	10	1.020	1.072	4.560	4.509
Outras contas a pagar	22	28.234	28.584	57.833	141.500
Total do circulante		999.023	3.884.776	1.845.254	4.732.530
Não circulante					
Fornecedores	15	7.791	6.138	20.075	46.322
Empréstimos e financiamentos	16	326.273	361.977	569.813	619.646
Debêntures	17	313.277	190.000	313.277	190.000
Mútuos entre coligadas, controladas e controladora	29	2.104.917	-	2.104.917	-
Entidade de previdência privada	18	12.767	18.643	12.767	18.643
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	12.140	5.746	12.150	5.757
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	19	123	-	989	949
Débitos fiscais diferidos	9	-	-	413.006	447.444
Provisões	20	64.273	60.889	203.272	282.152
Provisão para patrimônio líquido negativo	12.1.2	67.818	-	-	-
Ressarcimento	21	-	-	150.013	142.817
Arrendamentos	10	9.070	7.040	73.467	72.191
Outras contas a pagar	22	3.121	3.251	4.775	4.910
Total do não circulante		2.921.570	653.684	3.878.521	1.830.831
Patrimônio líquido					
Capital social	23	2.632.292	2.632.292	2.632.292	2.632.292
Reserva de capital		590.189	589.355	590.189	589.355
Reserva de lucros		616.451	316.451	616.451	316.451
Dividendos		899.292	1.037.863	899.292	1.037.863
Resultado abrangente acumulado		204.719	210.046	204.719	210.046
		4.942.943	4.786.007	4.942.943	4.786.007
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores		-	-	96.889	101.747
Total do patrimônio líquido		4.942.943	4.786.007	5.039.832	4.887.754
Total do passivo e do patrimônio líquido		8.863.536	9.324.467	10.763.607	11.451.115

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	25	1.610.231	1.732.711	3.631.444	3.639.600
Custo com serviços					
Custo com energia elétrica	26	(192.833)	(141.297)	(444.666)	(370.224)
Custo com operação		(207.329)	(200.820)	(857.578)	(823.002)
Depreciação e amortização		(141.818)	(136.672)	(511.677)	(488.155)
Outros custos com operação	27	(65.511)	(64.148)	(345.901)	(334.847)
Lucro operacional bruto		1.210.069	1.390.594	2.329.200	2.446.374
Despesas operacionais					
Despesas com vendas		(25)	343	(204)	(178)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(25)	388	(204)	(132)
Outras despesas com vendas	27	-	(45)	-	(46)
Despesas gerais e administrativas		(103.200)	(45.664)	(249.688)	(235.401)
Depreciação e amortização		(9.393)	(6.213)	(10.951)	(14.009)
Outras despesas gerais e administrativas	27	(93.807)	(39.451)	(238.737)	(221.392)
Outras despesas operacionais		(67.176)	(57.830)	(306.599)	(137.048)
Amortização de intangível de concessão		(64.431)	(64.431)	(167.569)	(168.377)
Outras despesas operacionais	27	(2.745)	6.601	(139.030)	31.329
Resultado do serviço		1.039.668	1.287.443	1.772.709	2.073.747
Resultado de participações societárias	9	724.583	690.845	(10.800)	(2.490)
Resultado financeiro		(309.589)	(436.100)	(247.468)	(433.297)
Receitas financeiras	28	47.612	48.325	164.669	144.585
Despesas financeiras	28	(357.201)	(484.425)	(412.137)	(577.882)
Lucro antes dos tributos		1.454.662	1.542.188	1.514.441	1.637.960
Contribuição social	9	(69.705)	(48.124)	(85.280)	(73.476)
Imposto de renda	9	(201.969)	(134.040)	(224.862)	(182.104)
		(271.674)	(182.164)	(310.142)	(255.580)
Lucro líquido do exercício		1.182.988	1.360.024	1.204.299	1.382.380
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores				1.182.988	1.360.024
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores				21.311	22.356
Lucro por ação atribuído aos acionistas controladores				1,99	2,29

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício	1.182.988	1.360.024	1.204.299	1.382.380
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:				
- Ganhos atuariais, líquidos dos efeitos tributários	3.466	2.384	3.466	2.384
Resultado abrangente do exercício	1.186.454	1.362.408	1.207.765	1.384.764
Resultado abrangente atribuído aos acionistas controladores			1.186.454	1.362.408
Resultado abrangente atribuído aos acionistas não controladores			21.311	22.356

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
Demonstração das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de reais)

	Controladora								Consolidado			
	Reserva de lucros					Resultado Abrangente			Participação de acionistas não controladores	Total do Patrimônio líquido		
	Capital social	Reserva de Capital	Reserva legal	Reforço de capital de giro	Reserva de incentivos fiscais	Dividendos adicionais propostos	Custo atribuído	Perdas atuariais			Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.032.292	588.778	188.642	-	116.120	597.812	281.909	(47.635)	-	5.757.918	108.098	5.866.016
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	-	2.384	1.360.024	1.362.408	22.356	1.384.764
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	1.360.024	1.360.024	22.356	1.382.380
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	2.384	-	2.384	-	2.384
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	11.689	-	-	-	(26.612)	-	14.923	-	-	-
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	-	-	(40.322)	-	40.322	-	-	-
Efeitos fiscais sobre realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	13.710	-	(13.710)	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	11.689	-	-	-	-	-	(11.689)	-	-	-
Transações de capital com os acionistas	(1.400.000)	577	-	-	-	440.051	-	-	(1.374.947)	(2.334.319)	(28.707)	(2.363.026)
Redução de capital	(1.400.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.400.000)	(4.000)	(1.404.000)
Aumento de capital sem alteração no controle	-	577	-	-	-	-	-	-	-	577	42	619
Pagamento de dividendos de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	(597.812)	-	-	-	(597.812)	-	(597.812)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	1.037.863	-	-	(1.037.863)	-	-	-
Dividendos intermediários / intercalares propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(514)	(514)
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(337.084)	(337.084)	(24.235)	(361.319)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.632.292	589.355	200.331	-	116.120	1.037.863	255.297	(45.251)	-	4.786.007	101.747	4.887.754
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	-	3.466	1.182.988	1.186.454	21.311	1.207.765
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	1.182.988	1.182.988	21.311	1.204.299
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	3.466	-	3.466	-	3.466
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	(8.793)	-	12.053	3.260	-	3.260
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	-	-	(13.322)	-	16.582	3.260	-	3.260
Efeitos fiscais sobre realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	4.529	-	(4.529)	-	-	-
Transações de capital com os acionistas	-	834	-	300.000	-	(138.571)	-	-	(1.195.041)	(1.032.778)	(26.169)	(1.058.947)
Aumento(redução) de capital sem alteração no controle	-	834	-	-	-	-	-	-	-	834	(4.077)	(3.243)
Reversão de dividendos adicionais propostos de anos anteriores	-	-	-	300.000	-	-	-	-	-	300.000	-	300.000
Pagamento de dividendos do exercício anterior	-	-	-	-	-	(1.037.863)	-	-	-	(1.037.863)	-	(1.037.863)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	899.292	-	-	(899.292)	-	-	-
Dividendos intercalares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.435)	(15.435)
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(295.749)	(295.749)	(180)	(295.929)
Dividendos adicionais distribuídos a não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.477)	(6.477)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.632.292	590.189	200.331	300.000	116.120	899.292	246.504	(41.785)	-	4.942.943	96.889	5.039.832

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro antes dos tributos	1.454.662	1.542.188	1.514.441	1.637.960
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	215.642	207.316	690.197	670.541
Provisões (reversões) para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	1.552	(358)	38.859	25.884
Provisão (reversões) para créditos de liquidação duvidosa	25	(388)	206	132
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	314.836	457.437	350.863	490.434
Despesa com entidade de previdência privada	1.819	1.671	1.819	2.438
Resultado de participações societárias	(724.583)	(690.845)	10.800	2.490
Perda (ganho) na baixa de ativo não circulante	-	(6.769)	138.343	(31.875)
Outros	(7.126)	(10.145)	-	-
	1.256.827	1.500.106	2.745.528	2.798.005
Redução (aumento) nos ativos operacionais				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	3.894	26.167	29.512	8.602
Dividendos recebidos	1.260.337	965.226	7.516	5.001
Tributos a compensar	(104.817)	(25.185)	(29.171)	(5.524)
Depósitos judiciais	41	323	250	(2.760)
Adiantamento de fornecedores	-	1.034	8.636	(3.712)
Outros ativos operacionais	17.153	(18.656)	(34.358)	55.213
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	19.938	9.110	(44.744)	34.343
Outros tributos e contribuições sociais	70.347	109.278	27.617	126.960
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(8.253)	(15.971)	(11.585)	(5.579)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(502)	(867)	(113.740)	(55.827)
Adiantamento de clientes	96.381	(39.266)	62.817	46.859
Outros passivos operacionais	(746)	52.444	52.595	40.639
Caixa líquido gerado pelas operações	2.610.600	2.563.744	2.700.873	3.042.220
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(50.200)	(39.959)	(68.947)	(61.772)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(245.488)	(368.997)	(365.233)	(506.787)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	2.314.912	2.154.787	2.266.693	2.473.661
Atividades de investimentos				
Redução de capital em subsidiárias	-	176.000	(480)	-
Aumento de caixa decorrente de reestruturação societária	5.950	-	-	-
Aquisições de imobilizado	(69.337)	(96.828)	(338.597)	(421.686)
Títulos e valores imobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	(8.941)	(31.889)	(255.341)	(51.624)
Títulos e valores imobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	25.882	1.121	114.362	64.971
Adições de intangível	(10.240)	(1.329)	(11.357)	(4.357)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(175.000)	(128.500)	-	-
Mútuos concedidos a controladas e coligadas	-	(6.097)	-	-
Recebimento de mútuos com controladas e coligadas	7.442	42.624	-	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	(224.244)	(44.898)	(491.413)	(412.696)
Atividades de financiamentos				
Aumento (Redução) de Capital	-	(1.400.000)	-	(1.404.000)
Captação de empréstimos e debêntures	192.000	270.000	192.000	270.000
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(389.117)	(267.255)	(404.223)	(335.062)
Liquidação de operações de derivativos	(17.742)	(35.338)	(17.742)	(35.338)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(1.074.946)	(597.812)	(1.093.972)	(619.762)
Captações de mútuos com controladas e coligadas	-	-	127.916	59.443
Amortizações de mútuos com controladas e coligadas	(764.893)	(87.865)	(826.160)	(26.853)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(2.054.698)	(2.118.270)	(2.022.181)	(2.091.572)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	35.970	(8.380)	(246.901)	(30.606)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	96.937	105.317	474.765	505.371
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	132.907	96.937	227.864	474.765

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
Demonstração do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
1 - Receita	1.850.400	2.033.443	4.227.175	4.298.911
1.1 Receita de venda de energia e serviços	1.774.795	1.911.061	3.892.430	3.901.731
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	75.630	121.994	334.949	397.312
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(25)	388	(204)	(132)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(363.824)	(340.935)	(1.345.655)	(1.126.392)
2.1 Custo com energia elétrica	(212.489)	(155.700)	(469.281)	(383.912)
2.2 Material	(44.064)	(59.672)	(104.184)	(119.538)
2.3 Serviços de terceiros	(92.200)	(121.824)	(533.717)	(567.539)
2.4 Outros	(15.072)	(3.739)	(238.473)	(55.403)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	1.486.575	1.692.508	2.881.520	3.172.519
4 - Retenções	(215.642)	(207.316)	(690.197)	(670.541)
4.1 Depreciação e amortização	(151.211)	(142.885)	(522.628)	(502.164)
4.2 Amortização do intangível de concessão	(64.431)	(64.431)	(167.569)	(168.377)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	1.270.933	1.485.192	2.191.323	2.501.978
6 - Valor adicionado recebido em transferência	774.516	741.438	157.653	144.908
6.1 Receitas financeiras	49.933	50.593	168.453	147.398
6.2 Equivalência patrimonial	724.583	690.845	(10.800)	(2.490)
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	2.045.449	2.226.630	2.348.976	2.646.886
8 - Distribuição do valor adicionado				
8.1 Pessoal e encargos	81.484	24.328	128.413	121.204
8.1.1 Remuneração direta	57.730	12.912	82.350	94.519
8.1.2 Benefícios	15.121	3.129	37.430	18.398
8.1.3 FGTS	8.633	8.287	8.633	8.287
8.2 Impostos, taxas e contribuições	420.300	358.917	574.012	532.603
8.2.1 Federais	419.550	358.917	572.407	531.867
8.2.2 Estaduais	678	-	1.384	727
8.2.3 Municipais	72	-	221	9
8.3 Remuneração de capital de terceiros	360.677	483.361	442.251	610.698
8.3.1 Despesas financeiras	356.919	484.068	409.111	574.962
8.3.2 Aluguéis e arrendamentos	3.758	(707)	33.140	35.736
8.4 Remuneração de capital próprio	1.182.988	1.360.024	1.204.299	1.382.381
8.4.1 Lucro retido	-	(612.734)	-	(615.129)
8.4.2 Dividendos (incluindo adicional proposto)	1.182.988	1.972.758	1.204.299	1.997.510
	2.045.449	2.226.630	2.348.976	2.646.886

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída com o objetivo de atuar como holding e explorar empreendimentos de geração de energia elétrica, tem como principais atividades: investir no capital social de sociedades no segmento de energias renováveis; identificar e desenvolver potenciais de geração de energia e explorar os referidos potenciais, incluindo a geração de energia elétrica; e comercializar energia elétrica gerada pelos empreendimentos detidos pela Companhia.

A sede administrativa está localizada na Rua Jorge de Figueiredo Corrêa, 1.632, Jardim Professora Tarcília, Campinas - São Paulo.

A Companhia possui participações diretas nas seguintes controladas e empreendimentos controlados em conjunto:

Empreendimento	Capacidade (MW)	Localização	Início da concessão ou outorga	Prazo concessão
Geração hídrica				
Barra Grande	690,0	Anita Garibaldi (SC)/ Esmeralda (RS)	(ii)	(ii)
Chimay Empreendimentos e Participações Ltda.	38,1	(iv)	(iv)	(iv)
Companhia Hidroelétrica Figueirópolis S.A.	19,4	Indiavaí (MT)	05/2004	02/2045
CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda.	7,0	(iii)	(iii)	(iii)
Energética Novo Horizonte Ltda.	23,0	Campina Grande do Sul (PR)	11/2002	05/2036
Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda.	39,5	(iv)	(iv)	(iv)
Lavrinha	0,3	São Miguel Arcanjo (SP)	06/2013	Indeterminado
Ludesa Energética S.A.	30,0	Ipuacu (SC)	12/2002	02/2041
Mata Velha Energética Ltda.	24,0	Cabeceira Grande/ Unai (MG)	05/2002	09/2032
Mohini Empreendimentos e Participações Ltda.	39,2	(iv)	(iv)	(iv)
Pinheirinho (i)	0,6	Monte Santo de Minas (MG)	08/2013	Indeterminado
Rio do Peixe (i)	18,1	São José do Rio Pardo (SP)	12/2012	12/2042
Santa Alice (i)	0,6	São José do Rio Pardo (SP)	06/2013	Indeterminado
Santa Luzia Energética Ltda.	28,5	Chapecó (SC)	12/2007	10/2049
São José (i)	0,8	São Miguel Arcanjo (SP)	06/2013	Indeterminado
São Sebastião (i)	0,7	Arceburgo (MG)	08/2013	Indeterminado
Serra da Mesa (vi)	1.275,0	Cavalcante e Minaçu (GO)	11/2004	05/2046
SPE Alto Irani Energia S.A.	21,0	Xanxerê/ Arvoredo (SC)	10/2002	09/2035
SPE Arvoredo Energia S.A.	13,0	Xanxerê/ Arvoredo (SC)	11/2002	07/2044
SPE Barra da Paciência Energia Ltda.	23,0	Açucena/ Gonzaga (MG)	12/1999	03/2048
SPE Boa Vista 2 Energia Ltda.	29,9	Varginha (MG)	11/2015	05/2051
SPE Cherobim Energia Ltda. (v)	28,0	Lapa (PR)	01/2019	01/2055
SPE Cocais Grande Energia Ltda.	10,0	Antonio Dias (MG)	12/1999	12/2042
SPE Corrente Grande Energia Ltda.	14,0	Açucena/ Gonzaga (MG)	01/2000	02/2048
SPE Ninho da Águia Energia Ltda.	10,0	Delfim Moreira (MG)	12/1999	01/2048
SPE Paiol Energia Ltda.	20,0	Frei Inocêncio/ Mathias Lobato (MG)	08/2002	03/2047
SPE Plano Alto Energia S.A.	16,0	Faxinal dos Guedes (SC)	11/2002	04/2041
SPE Salto Góes Energia Ltda.	20,0	Tangará (SC)	08/2010	03/2048
SPE São Gonçalo Energia Ltda.	11,0	São Gonçalo do Rio Abaixo (MG)	01/2000	06/2047
SPE Varginha Energia Ltda.	9,0	Chalé/ Mantimento (MG)	12/1999	06/2046
SPE Várzea Alegre Energia Ltda.	7,5	Conceição do Ipanema (MG)	12/1999	03/2048
Turvinho (i)	0,8	São Miguel Arcanjo (SP)	06/2013	Indeterminado
Geração de energia a partir de Biomassa				
CPFL Bioenergia Ltda.	45,0	Pirassununga (SP)	09/2009	08/2040
CPFL Bio Ester Ltda.	40,0	Cosmópolis (SP)	05/1999	06/2040
SPE Bio Alvorada Ltda.	50,0	Araporã (MG)	10/2012	11/2043
SPE Bio Coopcana Ltda	50,0	São Carlos do Ivaí (PR)	02/2012	08/2043

Empreendimento	Capacidade (MW)	Localização	Início da concessão ou outorga	Prazo concessão
Geração de energia eólica				
Atlântica I Parque Eólico Ltda.	30,0	Palmares (RS)	02/2011	07/2048
Atlântica II Parque Eólico Ltda.	30,0	Palmares (RS)	03/2011	03/2046
Atlântica IV Parque Eólico Ltda.	30,0	Palmares (RS)	03/2011	03/2046
Atlântica V Parque Eólico Ltda.	30,0	Palmares (RS)	03/2011	03/2046
Bons Ventos (i)	50,0	Aracati (CE)	03/2003	03/2033
Campo dos Ventos I Energias Renováveis Ltda.	25,2	João Câmara (RN)	03/2013	06/2046
Campo dos Ventos II Energias Renováveis Ltda.	30,0	João Câmara (RN)	04/2011	04/2046
Campo dos Ventos III Energias Renováveis Ltda.	25,2	João Câmara (RN)	03/2013	05/2046
Campo dos Ventos V Energias Renováveis Ltda.	25,2	Parazinho (RN)	03/2013	06/2046
Canoa Quebrada (i)	57,0	Aracati (CE)	12/2002	12/2032
DESA Eurus I Ltda.	30,0	João Câmara (RN)	04/2011	04/2046
DESA Eurus III Ltda.	30,0	João Câmara (RN)	04/2011	04/2046
DESA Morro dos Ventos I Ltda.	28,8	João Câmara (RN)	07/2010	07/2045
DESA Morro dos Ventos II Ltda.	29,2	João Câmara (RN)	06/2012	06/2047
DESA Morro dos Ventos III Ltda.	28,8	João Câmara (RN)	08/2010	08/2045
DESA Morro dos Ventos IV Ltda.	28,8	João Câmara (RN)	08/2010	08/2045
DESA Morro dos Ventos VI Ltda.	28,8	João Câmara (RN)	07/2010	07/2045
DESA Morro dos Ventos IX Ltda.	30,0	João Câmara (RN)	07/2010	07/2045
Enacel (i)	31,5	Aracati (CE)	11/2002	11/2032
Eólica Paracuru Geração Comercialização de Energia Ltda.	25,2	Paracuru (CE)	08/2002	11/2038
Eurus VI Energias Renováveis Ltda.	8,0	Parazinho (RN)	08/2010	08/2045
Icarazinho (i)	54,6	Amontada (CE)	08/2002	08/2032
Pedra Cheirosa I Energia Ltda.	25,2	Itarema (CE)	08/2014	08/2049
Pedra Cheirosa II Energia Ltda.	23,1	Itarema (CE)	07/2014	07/2049
Praia Formosa (i)	105,0	Camocim (CE)	06/2002	06/2032
Rosa dos Ventos Geração e Comercialização de Energia Ltda.	13,7	Aracati (CE)	06/2002	06/2032
Santa Clara I Energias Renováveis Ltda.	30,0	Parazinho (RN)	07/2010	07/2045
Santa Clara II Energias Renováveis Ltda.	30,0	Parazinho (RN)	08/2010	08/2045
Santa Clara III Energias Renováveis Ltda.	30,0	Parazinho (RN)	07/2010	07/2045
Santa Clara IV Energias Renováveis Ltda.	30,0	Parazinho (RN)	07/2010	07/2045
Santa Clara V Energias Renováveis Ltda.	30,0	Parazinho (RN)	10/2010	10/2045
Santa Clara VI Energias Renováveis Ltda.	30,0	Parazinho (RN)	07/2010	07/2045
Santa Mônica Energias Renováveis Ltda.	29,4	Touros (RN)	04/2014	12/2046
Santa Úrsula Energias Renováveis Ltda.	27,3	Touros (RN)	03/2014	11/2046
São Benedito Energias Renováveis Ltda.	29,4	São Miguel do Gostoso (RN)	03/2014	08/2046
São Domingos Energias Renováveis Ltda.	25,2	São Miguel do Gostoso (RN)	03/2015	08/2046
SIIF Cinco Geração e Comercialização de Energia Ltda.	25,2	Beberibe (CE)	06/2002	01/2039
SPE Costa Branca Energia S.A.	20,7	João Câmara (RN)	10/2011	10/2046
SPE Costa das Dunas Energia S.A.	28,4	Touros (RN)	01/2019	01/2054
SPE Farol de Touros Energia S.A.	24,8	Touros (RN)	01/2019	01/2054
SPE Gameleira Energia Ltda.	17,7	Touros (RN)	01/2019	01/2054
SPE Figueira Branca Energia S.A.	10,6	Touros (RN)	01/2019	01/2054
SPE Juremas Energia S.A.	16,1	João Câmara (RN)	09/2011	09/2046
SPE Macacos Energia S.A.	20,7	João Câmara (RN)	09/2011	09/2046
SPE Pedra Preta Energia S.A.	20,7	João Câmara (RN)	10/2011	10/2046
Taliba Albatroz (i)	16,5	São Gonçalo do Amarante (CE)	12/2002	11/2038
Ventos de Santo Dimas Energias Renováveis Ltda.	29,4	São Miguel do Gostoso (RN)	03/2014	10/2046
Ventos de São Martinho Energias Renováveis Ltda.	14,7	Touros (RN)	03/2014	11/2046
Geração de energia fotovoltaica				
SPE CPFL Solar 1 Energia S.A.	1,0	Campinas (SP)	-	-

i) Empreendimentos alocados na Holding da CPFL Renováveis;

ii) A Usina de Barra Grande é um empreendimento controlado em conjunto com a Energética Barra Grande S.A. ("BAESA"), com participação de 25,01%, sendo esta uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo construir, operar e explorar o aproveitamento hidrelétrico Barra Grande, localizado no Rio Pelotas, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com potência instalada é de 690MW. As três unidades geradoras, com capacidade de 230MW cada, entraram em operação comercial entre 2005 e 2006. O prazo de concessão se encerra em 2041, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o poder concedente estabelecer;

iii) A CPFL Sul Centrais detém a exploração das seguintes usinas: Diamante em Nortelândia (MT), Andorinhas em Ituiuí (RS), Guaporé em Guaporé (RS), Pirapó em Roque Gonzáles (RS) e Saltinho em Muitos Capões (RS);

iv) A Companhia detém concessões de usinas no estado de São Paulo, através das seguintes empresas: i) Chimay com as usinas de Bunitis em Bunitizal, Capão Preto em São Carlos, Chibarro em Araraquara, Dourados e Gavião Peixoto em Nuporanga, Esmeril em Patrocínio Paulista, Lençóis em Macatuba e São Joaquim em Guarú; ii) Mohini com as usinas de Eloy Chaves e Pinhal em Espírito Santo do Pinhal, Jaguarí em Pedreira, Monjolinho em São Carlos e Socorro em Socorro; iii) Jayaditya com as usinas de Americana em Americana, Salto Grande em Campinas, Santana em São Carlos e Três Saltos em Torrinha;

v) SPE Cherobim Energia Ltda. ("Lucia Cherobim") está em fase de construção, com início da operação comercial de todas as Unidades Geradoras previsto para fevereiro de 2025;

vi) A CPFL Renováveis (holding) detém parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico de Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins (GO). A concessão e a operação pertencem à Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"). Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas, ficou assegurada à CPFL Renováveis a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275MW, resultando em 657MW e da energia assegurada de 637,5MW médios, resultando em 328,6MW médios;

1.1 Sazonalidade

A receita operacional e os custos de geração de alguns segmentos da Companhia sofrem relevante impacto da sazonalidade ao longo de todo o ano, com as seguintes características:

- Geração hídrica: o período de chuvas favorece a geração das regiões Sudeste e Centro-Oeste no 1º e 4º trimestres, enquanto no Sul, o período de chuvas favorece a geração no 2º e 3º trimestres. Além disso, os efeitos na contabilização das receitas das PCHs, CGHs e UHEs são consequência da garantia física de cada usina, sazonalizada, a qual é registrada na CCEE.

As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"). A quantidade de energia gerada, acima ou abaixo da garantia física, é valorada através da Tarifa de Energia de Otimização ("TEO"), que cobre somente os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional é contabilizada mensalmente para cada gerador. Por fim, caso as usinas do MRE não gerem o somatório das garantias físicas, por condições hidrológicas desfavoráveis, todas as usinas rateiam a diferença valorada pelo Preço de Liquidação de Diferenças ("PLD"), este efeito é definido como *Generation Scaling Factor* ("GSF"). Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas não possuíam usinas fora do MRE.

- Geração de energia a partir de Biomassa: a safra da cana-de-açúcar na região Sudeste inicia-se em abril e tem seu término previsto para novembro, em contrapartida na região Nordeste tem seu ciclo de produção entre agosto e março do ano posterior;
- Geração de energia eólica: a menor velocidade média dos ventos no 1º semestre impacta diretamente nas quantidades de energia gerada;

1.2 Mudanças Climáticas CPFL

Como posicionamento frente às Mudanças Climáticas, a CPFL Energia declara seu compromisso com os objetivos do Acordo de Paris e com a necessidade de limitar o aumento da temperatura média global em 1,5°C, com a consequente redução e neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Anualmente, o Grupo realiza o Inventário de Emissões de GEE com base na metodologia GHG Protocol. Faz as medições e divulgação dos três escopos do inventário, sendo eles:

- Escopo 1: Emissões diretas que pertencem ou são controladas pelo grupo
- Escopo 2: Emissões indiretas relacionadas a compra de energia elétrica e a perdas técnicas de distribuição e transmissão de energia
- Escopo 3: Emissões indiretas relacionadas à cadeia de valor

O Grupo considera em sua estratégia o Plano ESG 2030 (*Environmental, Social and Governance*), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendências globais para o desenvolvimento sustentável. A estrutura do plano considera três compromissos principais relacionados à descarbonização das operações: (i) Gerar energia 100% renovável até 2030; (ii) Ser carbono neutro a partir de 2025¹, reduzindo 56% das emissões dos escopos 1, 2 e 3 até 2030; e (iii) Oferecer soluções de baixo carbono para nossos clientes, com metas anuais de receitas de IRECs (certificados internacionais de energia renovável) e de créditos de carbono. Para endereçar esforços de resiliência às mudanças climáticas foi divulgado em janeiro de 2025 com aplicabilidade a partir do mesmo ano, o plano que considera o compromisso de: Estabelecer planos de adaptação climática para os negócios de geração, transmissão e distribuição da CPFL, fortalecendo a resiliência de nossos ativos até 2030.

Na publicação "Nossa jornada contra as mudanças climáticas" a CPFL divulga suas estratégias, os riscos e oportunidades para o Grupo, de acordo com a metodologia Task Force for Climate-related Financial Disclosures – TCFD (Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima). Adicionalmente, a cada ano também publicamos na plataforma global do Carbon Disclosure Project (CDP), dando maior transparência para nossos públicos de interesse.

¹ Neutralização em 2026 referente ao Inventário de GEE 2025.

1.3 Capital circulante líquido negativo

Em 31 de Dezembro de 2024, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas o capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 463.311 e R\$ 487.814, sendo que foi aprovado o plano de financiamento anual para suportar eventuais necessidades de caixa. O Grupo tempestivamente monitora o capital circulante líquido e, sua geração de caixa para quitar suas dívidas, entre elas os dividendos, bem como as projeções de fluxo de caixa, suportam e viabilizam o plano de redução ou reversão deste capital circulante líquido.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (“IFRS” – *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia e suas controladas (“CPFL Renováveis”) também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 17 de fevereiro de 2025.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 32 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a maiores graus de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 7 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);

- Nota 9 – Créditos e débitos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- Nota 11 – Outros ativos (Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 13 – Imobilizado (aplicação das vidas úteis estimadas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 14 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 16 – Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 17 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);
- Nota 19 – Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e
- Nota 32 – Instrumentos Financeiros – derivativos (principais premissas para determinação do valor justo).

Adicionalmente a Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela companhia e suas controladas.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais geram receitas e incorrem em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas considerando somente um segmento operacional, o de geração e comercialização de energia elétrica, gerada e comprada por meio de contratos de longo prazo, que representam integralmente a receita total da Companhia e suas controladas, uma vez que a natureza dos serviços e processos de produção, categoria de clientes e dos serviços, métodos de distribuição e comercialização e outros aspectos, como o ambiente regulatório, são os mesmos para os diversos tipos de usinas (hídrica, biomassa, eólica e solar). Adicionalmente, não existe controle separado para nenhuma usina. É desta forma que a Administração e o Conselho de Administração da Companhia e suas controladas avaliam a performance das usinas e alocam os recursos necessários.

2.6 Informações sobre participações societárias

As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas e empreendimento controlado em conjunto, direta ou indiretamente, estão descritas na nota 1. Exceto pela empresa BAESA que é registrada por equivalência patrimonial, as demais entidades são consolidadas de forma integral.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a participação de acionistas não controladores destacada no consolidado refere-se à participação de terceiros detida nas controladas Baixa Verde, Cajueiro, Costa das Dunas, Farol de Touros, Navegantes, Costa Branca, Juremas, Macacos, Pedra Preta e Ludesa.

2.7 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como

informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras em *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores.

3.2 Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR): esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota 31). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo

contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Para as transações de compra e venda de energia realizada pelas controladas de comercialização, a Companhia mantém a política contábil definida conforme estratégia de negócios com instrumentos mensurados ao custo amortizado, os quais referem-se aos contratos já celebrados e ainda mantidos com a finalidade de recebimento ou entrega de energia de acordo com os requisitos esperados pela companhia relacionados à compra ou venda. As transações geralmente são de longo prazo e nunca são liquidadas pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro e, mesmo na eventualidade de algum contrato possuir flexibilização, a estratégia do portfólio da Companhia não é alterada por esta razão.

- **Passivos financeiros**

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes.
- (ii) Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

A Companhia realiza o registro contábil de garantias financeiras quando estas são concedidas para entidades não controladas ou quando a garantia financeira é concedida em um percentual maior que o de sua participação para cobertura de compromissos de empreendimentos controlados em conjunto. Tais garantias são inicialmente registradas ao valor justo, através de (i) um passivo que corresponde ao risco assumido do não pagamento da dívida e que é amortizado contra receita financeira no mesmo tempo e proporção da amortização da dívida, e (ii) um ativo que corresponde ao direito de ressarcimento pela parte garantida ou uma despesa antecipada em função das garantias, que é amortizado pelo recebimento de caixa de outros acionistas ou pela taxa de juros efetiva durante o prazo da garantia. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, as garantias são mensuradas periodicamente pelo maior valor entre o montante determinado de acordo com o CPC 25/IAS 37 e o montante inicialmente reconhecido, menos sua amortização acumulada.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 31.

- **Capital social**

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.3 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido e são segregados em diferentes naturezas, de acordo com o CPC 16/IAS2. A valorização do custo dos estoques é feita pelo método do custo médio.

3.4 Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para as controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor residual do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

Os bens e instalações utilizados nas atividades de geração de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa (“REN”) nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a depreciação de tais ativos foi calculada com base na vida útil estimada de cada ativo. As taxas médias ponderadas anuais de depreciação são demonstradas a seguir:

Classe de ativo Imobilizado	Taxa média anual	
	2024	2023
Terrenos	4,53%	1,67%
Reservatórios, barragens e adutoras	3,70%	2,08%
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,93%	2,73%
Máquinas e equipamentos	4,58%	4,13%
Veículos	14,28%	10,73%
Móveis e utensílios	6,15%	3,88%

Os valores residuais e a vida útil do ativo são revisados por membros técnicos competentes e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

3.5 Adiantamentos para futuro aumento de capital (“AFAC”)

Adiantamentos para futuro aumento de capital (“AFAC”) representam adiantamentos de recursos recebidos da controladora e destinados a aporte de capital que são concedidos em caráter irrevogável. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como patrimônio líquido na controlada, e no investimento da controladora.

São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando a quantidade de ações a serem emitidas não é conhecida. Em contrapartida, os adiantamentos para futuro aumento de capital também são reconhecidos pelo valor justo na controladora, classificados como ativo não circulante, vide nota 12.

3.6 Provisões para custos socioambientais

Considerando que: (a) até a entrada em operação comercial das PCHs ou das eólicas, a Companhia e suas controladas obtêm todas as licenças ambientais e, conseqüentemente, tem uma obrigação de cumprir as obrigações nelas constantes para poder operar; (b) que essa obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção da usina); e (c) que se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos

futuros, a Companhia e suas controladas provisionam os custos socioambientais no passivo circulante e não circulante e incorpora tal custo no ativo imobilizado durante o período de construção dos empreendimentos. Após a entrada em operação, tais custos são registrados diretamente no resultado.

A provisão é inicialmente mensurada pela melhor estimativa dos desembolsos futuros trazidos a valor presente e registrado como custo do ativo imobilizado, sendo depreciado a partir da entrada em operação comercial do empreendimento.

A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 10,54% (9,32% em 31 de dezembro de 2023) para as provisões socioambientais, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações.

3.7 Provisões para desmobilização de ativos

Os custos de desmobilização de ativos de geração são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

A Companhia reconheceu provisão para custos com a desmobilização de suas usinas eólicas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia.

A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 10,62% (9,53% em 31 de dezembro de 2023) para as provisões de desmobilização, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações.

3.8 Intangível

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como ágios, direito de exploração de concessões, software e servidão de passagem.

i) Ágio

O ágio (“*goodwill*”) resultante na aquisição de controladas é representado pela diferença entre o valor justo da contraprestação transferida pela aquisição de um negócio, somando a parcela dos acionistas não controladores, e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio é subsequentemente mensurado pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os ágios, bem como os demais ativos intangíveis de vida útil indefinida, se existirem, não estão sujeitos à amortização, sendo anualmente testados para verificar se os respectivos valores contábeis não superam os seus valores de recuperação.

Os deságios são registrados como ganhos no resultado do exercício quando da aquisição do negócio que os originou.

Nas demonstrações financeiras individuais, a mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é incluída ao valor contábil do investimento e sua respectiva amortização é classificada na demonstração do resultado individual na linha de “resultado de participações societárias” em atendimento ao ICPC 09 (R2). Nas demonstrações financeiras consolidadas este valor é apresentado como intangível e sua amortização é classificada na demonstração do resultado consolidado como “amortização de intangível de concessão” em outras despesas operacionais.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões, no caso da Companhia, possui duas origens distintas, fundamentadas pelos argumentos a seguir:

- (a) Adquiridos através de combinações de negócios: a parcela oriunda de combinações de negócios que corresponde ao direito de exploração da concessão amortizada linearmente.

- (b) Uso do bem público: algumas concessões de geração foram concedidas mediante a contraprestação de pagamentos para a União a título de Uso do Bem Público. O registro desta obrigação na data da assinatura dos respectivos contratos, a valor presente, teve como contrapartida a conta de ativo intangível. Estes valores, capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação, estão sendo amortizados linearmente pelo período de cada concessão.

ii) Ativos intangíveis de vida útil definida

Intangíveis com vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Em 31 de dezembro 2024 e 2023, as taxas médias ponderadas anuais de amortização são como segue:

Classe de ativo intangível	Taxa média anual	
	2024	2023
Direito de concessão	4,17%	4,17%
Uso do bem público	0,00%	7,34%
Outros ativos intangíveis	4,40%	2,18%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados por membros técnicos competentes e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

3.9 Redução ao valor recuperável (“impairment”)

Ativo financeiros

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com a IFRS 9 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda (“PD” - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento (“EAD” - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência (“LGD” - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio (“*goodwill*”), são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: ágio, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.10 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.11 Benefícios a empregados

A Companhia possui plano de pensão e benefícios pós-emprego, sendo considerada como patrocinadora destes planos, onde apesar de possuírem particularidades, os planos apresentam as seguintes características:

Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

Plano de Benefício Definido: A obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor

líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

3.12 Dividendos

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir a parcela de lucro estabelecida no Estatuto Social como dividendo obrigatório, não podendo este ser inferior a 25% do lucro ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei 6.404/76, ou se o Estatuto for omissivo, distribuir metade do lucro ajustado conforme mesmo inciso supramencionado. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Em 21 de maio de 2019, atualizada em 16 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma Política de Dividendos que estabelece a distribuição de dividendo anual pela Companhia de, no mínimo, 50% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei 6.404/76. Esta política estabelece fatores que influenciarão nos valores das distribuições, tais como a condição financeira da Companhia, perspectivas futuras, condições macroeconômicas, revisões e reajustes tarifários, mudanças regulatórias e a estratégia de crescimento da Companhia. Também destaca que certas obrigações constantes dos contratos financeiros podem limitar o valor a ser distribuído. A política aprovada possui natureza meramente indicativa, com o objetivo de sinalizar ao mercado o tratamento que a Companhia pretende dispensar à distribuição de dividendos, possuindo, portanto, caráter programático e não vinculativo à Companhia ou a seus órgãos sociais.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

3.13 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

3.14 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do

resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais, e os decorrentes de contabilização inicial em combinações de negócios.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Determinadas controladas registraram em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social. As controladas registraram, também, créditos fiscais referentes ao benefício dos intangíveis incorporados, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente de cada contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Conforme facultado pela legislação tributária, determinadas controladas consolidadas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e a contribuição social é calculada à razão de 8% no cálculo do imposto de renda e 12% no cálculo da contribuição sobre a receita bruta proveniente da venda de energia elétrica e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescidas do adicional de 10% para o imposto de renda, e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, essas controladas consolidadas não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos e diferenças temporárias e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório anual e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.15 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33.

3.16 Arrendamentos

Com a adoção do IFRS 16 (CPC 06 (R2)) – a Companhia passou a reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis que não foram pagos na data de transição, descontados usando a taxa incremental, uma taxa nominal fixa baseada no endividamento da Companhia.

O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia não adiciona ao prazo do arrendamento os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que a Companhia ou a controlada esteja razoavelmente certa de que a opção de renovação será exercida. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custo para desmontagem e remoção e incentivos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo mesmo método de depreciação/amortização aplicado para itens similares do ativo imobilizado e/ou intangível de direito de concessão (distribuidoras) e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia remensura o passivo

de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

3.17 Combinação de negócios

Combinações de negócios são registradas utilizando o método da aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*.

A Companhia tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é geralmente mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia e controladas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data da aquisição, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo, exceto por: (i) tributos diferidos, (ii) benefícios a empregados e (iii) transações com pagamento baseado em ações.

As participações dos acionistas não controladores poderão ser inicialmente mensuradas pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações de acionistas não controladores nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação.

A diferença líquida positiva, se houver, entre a contraprestação transferida, somada à parcela dos acionistas não controladores, e o valor justo dos ativos identificados (incluindo ativo intangível de exploração da concessão) e passivos assumidos líquidos, na data da aquisição, é registrada como ágio ("goodwill"). Em caso de diferença líquida negativa, uma compra vantajosa é identificada e o ganho é registrado na demonstração de resultado do exercício, na data da aquisição.

3.18 Base de consolidação

(i) Combinações de negócios

A Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação de não-controladores na companhia adquirida, deduzindo o valor justo reconhecido dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição.

(ii) Controladas e empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Para os empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*), este registro se dá por meio do método de equivalência patrimonial a partir do momento em que o controle compartilhado se inicia.

As políticas contábeis das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto consideradas na consolidação e/ou equivalência patrimonial, conforme o caso, estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e de empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as informações dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e de suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas.

Saldos e transações entre empresas da Companhia, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas são eliminados na proporção da participação da Companhia na controlada, se aplicável. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Para controladas, a parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no patrimônio líquido e nas demonstrações do resultado e resultado abrangente em cada exercício apresentado.

Os saldos dos empreendimentos controlados em conjunto, bem como o percentual de participação da Companhia em cada um deles, está descrito na nota 12.5.3.

(iii) Aquisição de participação de acionistas não-controladores

É registrada como transação entre acionistas. Consequentemente, nenhum ganho ou ágio é reconhecido como resultado de tal transação.

3.19 Mudanças nas principais políticas contábeis

A partir de 1º de janeiro de 2024, o Grupo adotou as alterações ao CPC 26/IAS 1, referentes à Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes, emitidas pelo IFRS. As alterações visam esclarecer que a classificação de passivos com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) só será afetada quando o atingimento desses índices for exigido até a data do balanço.

Além disso, o Grupo levou em consideração as modificações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações), que esclarecem as características dos acordos de financiamento com fornecedores e exigem divulgações adicionais sobre tais acordos. Os requisitos de divulgação visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a entender os impactos desses acordos sobre os passivos, fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez da entidade.

Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo.

3.20 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas, emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. O Grupo não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras:

(a) IFRS 18: Apresentação e divulgação nas Demonstrações financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, o IFRS 18 trouxe alterações de escopo restrito ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os

fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

O Grupo está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

(b) IFRS 19: Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período, uma entidade deve: (i) ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – demonstrações consolidadas), (ii) não possuir títulos públicos e (iii) deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas publicadas em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Baseada em uma análise preliminar, a companhia entende não estar abrangida no escopo desse pronunciamento.

(c) Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento controlado em conjunto e a ICPC 09 – Demonstrações contábeis individuais, Demonstrações separadas, Demonstrações consolidadas e Aplicação ao método da equivalência patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025

(d) Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos que referenciam energia provenientes de fontes renováveis

A alteração visa esclarecer situações em que os Contratos de Energia Renovável podem ser aplicados/interpretados como instrumentos de Hedge. A norma exige a aplicação a contratos para compra ou venda de itens não financeiros que possam ser liquidados em dinheiro ou outros instrumentos financeiros, com exceção para contratos que foram firmados e continuam a serem mantidos com o propósito de realmente receber ou entregar o item não financeiro de acordo com as necessidades operacionais da entidade (referindo-se a contratos que têm a intenção de entrega física do item não financeiro). Esta alteração entra em vigor a partir de 01/01/2026.

Neste viés, contanto que seus contratos de venda visem a entrega de energia e mantenham os preços definidos em contrato, e/ou os de compra para manter o lastro e cumprir contratos de venda já firmados, a Companhia poderia continuar a contabilizar esses contratos como contratos de compra e venda normais.

Assim, com base nas análises preliminares realizadas pela Companhia, não se esperam impactos para a companhia decorrentes destas alterações.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

- Imobilizado

O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 32) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldos bancários	10.991	1.362	18.984	10.895
Aplicações financeiras	121.916	95.575	208.880	463.870
Aplicações de curtíssimo prazo (a)	-	-	-	1.979
Títulos de crédito privado (b)	1.883	65.308	41.616	258.197
Operações compromissadas em Debêntures (b)	118.870	8.195	140.555	59.403
Fundos de investimento (c)	1.163	22.072	26.709	144.291
Total	132.907	96.937	227.864	474.765

- a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários ("CDB's") e remuneração de 30% da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") (15% da variação do CDI em 31 de dezembro de 2023).
- b) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) Certificados de Depósitos Bancários ("CDB's") e (ii) Operações Compromissadas em debêntures realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional. Todos com liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente na média de 101,23% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") para CDB e 84,59% para Operações Compromissadas (102,93% do CDI para CDB e 91,36% do CDI para Operações Compromissadas em 31 de dezembro de 2023).
- c) Representa valores aplicados em fundos, com alta liquidez e remuneração equivalente na média de 99,50% do CDI (100,38% do CDI em 31 de dezembro de 2023), tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB's e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Títulos e valores mobiliários				
Através de fundos de investimentos	14.949	31.889	343.417	208.473
Total	14.949	31.889	343.417	208.473

Em 31 de dezembro de 2024 representa valores aplicados em títulos de dívida pública e privada, Letra Financeira ("LF") e Letra Financeira do Tesouro ("LFT"), através de cotas de fundos de investimento, cuja remuneração equivalente, acumulada para 2024 é de 99,50% do CDI (100,38% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	Controladora				
	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	2024	2023
Circulante					
Operações realizadas CCEE	13.810	-	44	13.854	1
Concessionárias e permissionárias	191.851	-	34	191.885	206.545
Total	205.661	-	78	205.739	206.546
PECLD				(60)	(46)
Total Circulante				205.679	206.500
Não Circulante					
Operações realizadas CCEE	2.959	-	-	2.959	6.381
Total não circulante	2.959	-	-	2.959	6.381
	Consolidado				
	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	2024	2023
Circulante					
Operações realizadas CCEE	75.385	-	1.540	76.925	82.252
Concessionárias e permissionárias	369.980	201	489	370.670	398.562
Total	445.365	201	2.029	447.595	480.814
PECLD				(3.514)	(343)
Total circulante				444.081	480.471
Não circulante					
Operações realizadas CCEE	15.990	-	-	15.989	9.393
Total não circulante	15.990	-	-	15.989	9.393

Operações realizadas na CCEE - Refere-se à liquidação de operações financeiras de compra e venda de energia. Os valores reclassificados para o longo prazo referem-se à inadimplência, majoritariamente, dos agentes geradores que, através de liminares, estão pleiteando junto à CCEE compensações aos impactos financeiros sofridos devido do risco hidrológico.

Concessionárias e permissionárias - Referem-se às provisões e faturas de vendas relacionadas à comercialização de energia elétrica. Os valores são contabilizados de acordo com o que está estabelecido nos contratos firmados entre as partes e obrigações regulatórias ligada ao negócio.

7.1. Provisão Estimativa para créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”)

A PECLD é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência.

O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 32.e.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa no consolidado está demonstrada a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (Nota 11)	Total	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (Nota 11)	Total
Saldo em 31/12/2022	(583)	(352)	(935)	(658)	(379)	(1.038)
Reversão de provisão, líquida	536	-	536	315	27	342
Recuperação de receita Baixa (Adições) de contas a receber provisionadas	(148)	-	(148)	(474)	-	(474)
	148	-	148	474	-	474
Saldo em 31/12/2023	(46)	(352)	(399)	(343)	(352)	(696)
Reversão (constituição) de provisão, líquida	(14)	321	307	(89)	321	232
Recuperação de receita Baixa (Adições) de contas a receber provisionadas	(335)	-	(335)	(438)	-	(438)
	335	-	335	(2.644)	-	(2.644)
Saldo em 31/12/2024	(60)	(31)	(91)	(3.514)	(31)	(3.545)
Total circulante	(60)	(31)	(91)	(3.514)	(31)	(3.545)

(8) TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Circulante				
Antecipações de Contribuição social sobre lucro líquido (“CSLL”)	-	-	1.908	142
Antecipações de Imposto sobre a renda das pessoas jurídicas (“IRPJ”)	-	-	5.301	394
IRPJ e CSLL	9.072	11.770	12.240	26.925
IRPJ e CSLL a compensar (a)	9.072	11.770	19.449	27.461
Imposto sobre a renda retido na fonte (“IRRF”) (b)	6.830	12.320	14.741	24.847
Imposto sobre a circulação de mercadorias e prestação de serviços (“ICMS”)	-	-	6.201	6.257
Programa de integração social (“PIS”)	7.778	4.499	11.931	8.312
Contribuição para financiamento da seguridade social (“COFINS”) (c)	34.193	18.182	54.351	36.976
Instituto nacional da seguridade social (“INSS”)	-	1	-	16
Outros	2	93	136	666
Outros tributos a compensar	48.803	35.095	87.360	77.074
Total circulante	57.875	46.865	106.809	104.535
Não Circulante				
Antecipações de CSLL	6.744	3.109	10.140	4.564
Antecipações IRPJ	54.316	40.347	85.978	76.103
IRPJ e CSLL a compensar (a)	61.060	43.456	96.118	80.667
ICMS	-	49	3.216	3.300
PIS	-	-	326	416
COFINS (c)	-	-	-	420
Outros	-	-	-	82
Outros tributos a compensar	-	49	3.542	4.218
Total não circulante	61.060	43.505	99.660	84.885

(a) IRPJ e CSLL a compensar – refere-se a créditos tributários gerados por pagamentos efetuados a maior de acordo com o regime de lucro real e crédito base negativa de exercícios anteriores.

- (b) IRRF refere-se a retenções sobre aplicações financeiras, retenções de órgãos públicos e de Imposto de Renda retido sobre mútuos, que não dependem de decisões judiciais ou administrativas para que sejam utilizadas.
- (c) PIS e COFINS – Refere-se a créditos retidos na fonte por órgãos públicos sobre a venda de energia e créditos tomados sobre encargos, materiais, serviços e sobre compra de energia.

(9) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

9.1 Composição dos créditos e débitos fiscais

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Crédito (Débito) de CSLL				
Bases negativas	127.328	153.466	127.328	153.466
Diferenças temporariamente indedutíveis/ tributáveis	(77.310)	(86.520)	(186.395)	(204.584)
	50.018	66.946	(59.067)	(51.118)
Crédito (Débito) de IRPJ				
Prejuízos fiscais	354.484	426.808	354.484	426.808
Benefício fiscal do intangível incorporado	4.309	5.600	4.308	5.600
Diferenças temporariamente indedutíveis/ tributáveis	(214.752)	(240.335)	(517.435)	(567.963)
	144.041	192.073	(158.643)	(135.555)
Total	194.059	259.019	(217.710)	(186.673)
Total crédito fiscal	194.059	259.019	195.296	260.771
Total débito fiscal	-	-	(413.006)	(447.444)

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis, benefício fiscal do intangível incorporado e bases negativas e prejuízos fiscais, está baseada nas projeções de lucros tributáveis futuros.

9.2 Benefício fiscal do intangível incorporado

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre os intangíveis da incorporação societária, em 2007, da SEMESA S.A. pela CPFL Geração de Energia S.A., e após incorporação de ativos ocorrida em setembro de 2020, a Companhia passou a deter tal intangível, que está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que o originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização durante o prazo remanescente da concessão, demonstrado na nota 14.

9.3 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis / tributáveis

	Controladora			
	2024		2023	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/ tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	497	1.382	149	415
Provisão relacionada a pessoal	502	1.395	502	1.395
Derivativos - regime de caixa	(1.267)	(3.520)	589	1.637
Marcação a mercado - derivativo	(125)	(346)	281	782
Marcação a mercado - dívidas	(29)	(80)	(210)	(583)
Depreciação acelerada incentivada	(9.647)	(26.797)	(13.099)	(36.385)
Outras diferenças temporárias	1.124	3.124	968	2.689
Diferenças temporariamente indedutíveis/ tributáveis – resultado abrangente acumulado				
Perdas/Ganhos atuariais	(1.207)	(3.352)	(170)	(475)
Marcação a mercado - dívidas	-	-	(873)	(2.426)
Ativo imobilizado – ajustes custo atribuído	(29.613)	(82.257)	(32.808)	(91.134)
Diferenças temporariamente indedutíveis/ tributáveis – combinação de negócio				
<u>Impostos diferidos – ativo:</u>				
Valor justo de ativo imobilizado (menos valia de ativos)	8.837	24.546	10.023	27.840
<u>Impostos diferidos – passivo:</u>				
Mais valia decorrente da apuração de custo atribuído	(11.741)	(32.615)	(11.741)	(32.615)
Intangível – direito de exploração/ autorização	(34.641)	(96.232)	(40.131)	(111.475)
Total	(77.310)	(214.752)	(86.520)	(240.335)

	Consolidado			
	2024		2023	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/ tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	497	1.382	149	415
Provisão relacionada a pessoal	502	1.395	502	1.395
Derivativos - regime de caixa	(1.267)	(3.520)	589	1.637
Marcação a mercado - derivativo	(125)	(346)	281	782
Marcação a mercado - dívidas	(29)	(80)	(210)	(583)
Depreciação acelerada incentivada	(9.647)	(26.797)	(13.099)	(36.385)
Outras diferenças temporárias	1.125	3.125	968	2.689
Diferenças temporariamente indedutíveis/ tributáveis – resultado abrangente acumulado				
Perdas/Ganhos atuariais	(1.207)	(3.352)	(174)	(475)
Marcação a mercado - dívidas	-	-	(873)	(2.426)
Ativo imobilizado – ajustes custo atribuído	(29.613)	(82.257)	(32.808)	(91.134)
Diferenças temporariamente indedutíveis/ tributáveis – combinação de negócio				
<u>Impostos diferidos – ativo:</u>				
Valor justo de ativo imobilizado (menos valia de ativos)	12.219	33.941	13.404	37.235
<u>Impostos diferidos – passivo:</u>				
Mais valia decorrente da apuração de custo atribuído	(16.056)	(44.601)	(15.767)	(43.799)
Intangível – direito de exploração/ autorização	(142.794)	(396.325)	(157.546)	(437.314)
Total	(186.395)	(517.435)	(204.584)	(567.963)

9.4 Expectativa do período de recuperação

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, são decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa baseadas nas projeções de resultados futuros. Sua composição é como segue:

Consolidado	
2025	93.452
2026	110.430
2027	119.156
2028	116.406
2029	53.488
2030 a 2031	27.747
2032 a 2034	19.627
Total	540.306

9.5 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2024 e 2023:

	Controladora			
	2024		2023	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	1.454.662	1.454.662	1.542.188	1.542.188
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Resultado de participações societárias	(724.583)	(724.583)	(690.845)	(690.845)
Outras adições permanentes, líquidas	51.878	85.257	7.055	8.637
Base de cálculo	781.957	815.336	858.398	859.980
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Débito fiscal apurado	(70.376)	(203.834)	(77.256)	(214.995)
Ajuste de créditos fiscais	671	1.865	29.132	80.955
Total	(69.705)	(201.969)	(48.124)	(134.040)
Corrente	(52.778)	(153.937)	(65.495)	(181.038)
Diferido	(16.927)	(48.032)	17.371	46.998

	Consolidado			
	2024		2023	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	1.514.441	1.514.441	1.637.960	1.637.960
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Resultado de participações societárias	10.800	10.800	2.490	2.490
Efeito regime lucro presumido	(518.998)	(597.899)	(518.072)	(607.059)
Outras adições permanentes, líquidas	66.935	100.315	22.607	24.189
Base de cálculo	1.073.178	1.027.657	1.144.986	1.057.581
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	(96.586)	(256.914)	(103.049)	(264.395)
Ajuste de créditos fiscais	11.306	32.052	29.573	82.291
Total	(85.280)	(224.862)	(73.476)	(182.104)
Corrente	(87.100)	(230.840)	(100.329)	(255.441)
Diferido	1.820	5.978	26.853	73.337

Ajustes de créditos fiscais – refere-se ao (i) crédito fiscal constituído sobre o prejuízo fiscal e base negativa, registrada em função da revisão das projeções de resultados futuros.

A receita de imposto de renda e contribuição social diferidos registrada no resultado do exercício no montante de R\$ 7.798 (R\$ 101.189 em 2023).

9.6 Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) nos exercícios de 2024 e 2023 foram os seguintes:

	Consolidado			
	2024		2023	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Ganhos atuariais	(17.757)	(17.757)	(2.384)	(2.384)
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	14.291	14.291	-	-
Base de cálculo	(3.466)	(3.466)	(2.384)	(2.384)
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados (*)	-	-	-	-
Limitação na reversão de créditos fiscais constituídos	-	-	-	-
Tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Custo atribuído de ativo imobilizado	16.582	16.582	40.322	40.322
Subtotal	16.582	16.582	40.322	40.322
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados	(1.492)	(4.145)	(3.629)	(10.081)
Tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes	(1.492)	(4.145)	(3.629)	(10.081)

(*) Não houve apuração dos impostos diferidos para o resultado atuarial na data base de 31 de dezembro de 2023 e 2024 por não haver expectativa de realização.

9.7 Créditos fiscais não reconhecidos

Em 31 de dezembro de 2024, as controladas da CPFL Renováveis possuem créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre prejuízos fiscais e bases negativas que não foram reconhecidos por não haver, neste momento, razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à absorção dos referidos ativos. Em 31 de dezembro de 2024, as principais controladas que possuem tais créditos de imposto de renda e contribuição social não registrados somam R\$ 35.812 (R\$ 39.286 em 31 de dezembro de 2023). Não há prazo de prescrição para utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas.

(10) ARRENDAMENTOS

(a) Direito de uso

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os direitos de uso estão apresentados pelos seguintes ativos subjacentes:

	Controladora	Consolidado
Custo ou avaliação: (1)		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	11.787	83.701
Incorporação (3)	2.883	-
Remensuração (2)	(2.365)	(655)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	11.268	83.046
Amortização acumulada: (3)		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(5.407)	(27.166)
Amortizações no exercício	(941)	(852)
Incorporação (3)	(1.109)	-
Remensuração (2)	3.529	788
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(3.928)	(27.230)
Valor residual líquido		
Em 31 de dezembro de 2023	6.380	56.535
Em 31 de dezembro de 2024	7.340	55.816

(1) Direito de uso composto pelas classes de Terras e Imóveis

(2) Atualização do índice de correção, substancialmente composto pela variação do IPCA e taxa NTN-b.

(3) Refere-se a saldos do direito de uso das subholdings incorporadas na controladora, vide nota 12.

Apresentamos a seguir as taxas médias ponderadas de amortização por classe de direito de uso, Controladora e Consolidado, em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Classe	Taxa média (% ao ano)	
	2024	2023
Terras	25%	24%
Imóveis	5,3%	3%

(b) Passivo de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a movimentação do passivo de arrendamento, é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(8.112)	(76.700)
Incorporação (2)	(2.626)	-
Baixas	-	-
Pagamentos	392	3.061
Juros	(259)	(2.727)
Remensuração (1)	515	(1.662)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(10.090)	(78.027)
Total circulante	(1.020)	(4.460)
Total não circulante	(9.070)	(73.467)

(1) Atualização do índice de correção, substancialmente composto pela variação do IPCA e taxa NTN-b.

(2) Refere-se a saldos do direito de uso das subholdings incorporadas na controladora, vide nota 12.

A taxa incremental média ponderada anual de empréstimos aplicada ao passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2024, na Controladora e no Consolidado, foi de 19,56% (13,8% em 31 de dezembro de 2023) e 21,96% (14,6% em 31 de dezembro de 2023), respectivamente.

O vencimento médio ponderado dos contratos de arrendamento, na Controladora e Consolidado, em 31 de dezembro de 2024 é de 352 meses (345 meses em 31 de dezembro de 2023) e 357 meses (357 meses em 31 de dezembro de 2023).

(11) OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Créditos a receber	19.194	22.164	51.657	65.889
Créditos a receber – rateios	13.649	40.060	5.659	740
Adiantamentos – plano de pensão	2.658	1.950	2.658	1.950
Adiantamentos – fornecedores	1.496	543	2.155	10.791
Cauções, fundos e depósitos vinculados	303	-	21.231	7.885
Ordens em curso	241	1.204	255	4.730
Despesas antecipadas	23.304	9.972	40.915	37.609
Adiantamentos a funcionários	1.011	998	1.011	998
Outros	42.627	1.442	135.979	117.306
PECLD (nota 7.1)	(31)	(352)	(31)	(352)
Total	104.452	77.981	261.489	247.546
Total circulante	80.187	52.431	155.242	118.702
Total não circulante	24.265	25.550	106.247	128.844

Créditos a receber: Refere-se a créditos a receber oriundos de contratos de empréstimos com os sócios minoritários das controladas e do Contrato de pré-compra da Baldin x Bioenergia. A realização desse saldo ocorre por meio do recebimento mensal de energia.

Créditos a receber – rateios: Refere-se principalmente aos rateios de despesas de mão de obra da Companhia com suas controladas.

Adiantamento Fornecedores – Refere-se a adiantamento a fornecedores para o fornecimento (compra nacional e internacional), montagem e comissionamento de aerogeradores.

Cauções, fundos e depósitos vinculados - Referem-se a contas reserva constituídas nas controladas, de acordo com os respectivos contratos de empréstimos e financiamento a serem mantidas até a amortização dos mesmos.

Outros – Refere-se, majoritariamente, a contas a receber constituído entre Bio Formosa e Vale Verde pela venda de ativos imobilizados.

(12) INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial				
Investimentos	5.083.198	5.278.444	102.883	113.621
Adiantamento para futuro aumento de capital	115.000	-	-	-
Subtotal	5.198.198	5.278.444	102.883	113.621
Mais valia de ativos, líquidos	755.766	806.148	713	775
Total investimentos	5.953.964	6.084.592	103.596	114.396
Provisão para patrimônio líquido negativo	(67.818)	-	-	-
Total Provisão para patrimônio líquido negativo	(67.818)	-	-	-

12.1 Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas, são como segue:

12.1.1 Investimentos

	Controladora				
	Participação no Capital %	Participação patrimônio líquido		Resultado de equivalência patrimonial	
		2024	2023	2024	2023
Alto Irani	100,00%	48.878	29.029	64.559	39.121
Aiuruoca (b)	100,00%	5.325	-	-	-
Arvoredo (b)	100,00%	76.921	-	-	-
Atlântica I	100,00%	57.250	61.315	14.909	11.050
Atlântica II	100,00%	53.980	59.920	14.457	9.337
Atlântica IV	100,00%	62.842	70.230	15.013	9.969
Atlântica V	100,00%	68.431	75.248	14.706	9.257
BAESA (c)	25,00%	102.883	113.621	(10.737)	(2.664)
Baixa Verde	95,00%	565	570	(5)	38
Barra da Paciência (b)	100,00%	77.580	-	-	-
Bio Alvorada	100,00%	100.533	98.288	2.884	639
Bio Buriti	100,00%	-	(18.050)	-	(55.582)
Bio Coopcana	100,00%	110.910	109.554	12.174	14.665
Bio Ester	100,00%	89.320	74.505	29.815	25.615
Bio Formosa	100,00%	52.397	67.366	3.301	15.796
Bio Ipê	100,00%	14.760	20.730	1.788	7.699
Bio Pedra	100,00%	-	56.367	-	71.949
Bioenergia	100,00%	44.209	121.168	16.159	19.477
Boa Vista 2	100,00%	150.444	152.168	15.539	13.263
Cachoeira Grande	100,00%	2.159	148	2.011	13
Cajueiro	95,00%	626	689	(25)	53
Campos dos Ventos I (b)	100,00%	121.176	-	-	-
Campos dos Ventos II	100,00%	71.388	65.172	10.928	1.280
Campos dos Ventos III (b)	100,00%	94.719	-	-	-
Campos dos Ventos V (b)	100,00%	92.085	-	-	-
Cherobim	100,00%	431.983	125.791	2.693	964
Chimay Empreendimentos	100,00%	101.928	89.382	17.546	1.705
Cocais Grande (b)	100,00%	25.769	-	-	-
Corrente Grande (b)	100,00%	70.115	-	-	-
Costa Branca	95,00%	45.412	53.517	7.650	7.184
Costa das Dunas	95,00%	72.642	82.552	1.953	8.046
DESA (b)	100,00%	150	-	-	-
Dobrevê (a)	-	-	884.246	134.040	119.145
Eólica Paracuru	100,00%	49.618	40.787	52.235	40.769
Eurus I (b)	100,00%	34.155	-	-	-
Eurus III (b)	100,00%	35.348	-	-	-
Eurus VI	100,00%	9.611	16.170	262	798
Farol de Touros	94,00%	62.019	61.181	1.013	4.102
Figueira Branca	100,00%	27.930	29.323	1.139	2.532
Figueirópolis (b)	100,00%	107.526	-	-	-
Gameleira	100,00%	39.865	43.296	1.196	3.740
Jayaditya Empreendimentos	100,00%	36.692	10.797	25.896	1.037
Juremas	95,00%	23.595	34.709	5.011	5.067
Ludesa (b)(d)	60,00%	53.083	-	-	-
Macacos	95,00%	34.339	46.342	2.326	5.250
Mata Velha (b)	95,00%	125.978	-	-	-
Mohini Empreendimentos	100,00%	54.362	15.059	39.303	1.986
Morro dos Ventos I (b)	100,00%	57.479	-	-	-
Morro dos Ventos II (b)	100,00%	58.366	-	-	-
Morro dos Ventos III (b)	100,00%	42.631	-	-	-
Morro dos Ventos IV (b)	100,00%	43.592	-	-	-
Morro dos Ventos VI (b)	100,00%	58.727	-	-	-
Morro dos Ventos IX (b)	100,00%	52.827	-	-	-
Navegantes	95,00%	149	144	5	14
Ninho da Águia (b)	100,00%	41.066	-	-	-
Novo Horizonte (b)	100,00%	106.987	-	-	-
Paíol (b)	100,00%	65.074	-	-	-
PCH Holding (a)	100,00%	-	475.238	161.189	134.521
Pedra Cheirosa I	100,00%	109.600	132.230	2.121	752
Pedra Cheirosa II	100,00%	99.893	110.893	901	902
Pedra Preta	95,00%	43.425	51.176	7.731	9.900
Plano Alto	100,00%	40.374	21.768	51.166	29.653
Rosa dos Ventos	100,00%	53.319	49.263	25.238	23.228
Salto Góes	100,00%	96.500	101.725	22.192	18.417
Santa Clara I	100,00%	47.596	64.512	1.081	757
Santa Clara II	100,00%	28.815	43.265	1.713	948
Santa Clara III	100,00%	27.437	43.249	2.326	2.952
Santa Clara IV	100,00%	28.712	45.870	734	1.745
Santa Clara V	100,00%	27.587	44.999	1.565	2.839
Santa Clara VI	100,00%	28.638	48.445	(598)	2.098
São Gonçalo (b)	100,00%	44.407	-	-	-
Santa Luzia	100,00%	162.418	164.978	29.759	27.319
SIIF Cinco	100,00%	77.413	70.944	37.667	31.771
Solar I	100,00%	1.219	1.039	179	23
Sul Centrais Elétricas	100,00%	26.793	20.064	6.730	1.621
Santo Dimas (b)	100,00%	115.122	-	-	-
São Benedito (b)	100,00%	119.388	-	-	-
Santa Mônica (b)	100,00%	120.911	-	-	-
Santa Ursula (b)	100,00%	119.698	-	-	-
São Martinho (b)	100,00%	70.011	-	-	-
São Domingos (b)	41,00%	110.289	-	-	-
Turbina 16 (a)	-	-	1.044.600	82.207	85.321
Turbina 17	100,00%	54.375	52.852	1.522	645
Varginha (b)	100,00%	37.213	-	-	-
Várzea Alegre (b)	100,00%	38.646	-	-	-
Subtotal - Investimentos		5.198.198	5.278.444	935.169	768.726
Amortização do ágio, líquido de efeitos fiscais				(88.283)	(66.268)
Amortização da mais valia de ativos, líquido de efeitos fiscais				(10.243)	(10.243)
Amortização de juros capitalizados				(1.370)	(1.370)
Total investimentos				835.271	690.845

- (a) Em 31 de dezembro de 2024 a CFL Renováveis realizou a incorporação das subholdings Dobrevê, PCH Holding e Turbina 16 visando uma melhor gestão de custos da Companhia.
- (b) Refere-se ao grupo de empresas que passaram a ser controladas diretamente pela CPFL Renováveis devido a incorporação das subholdings Dobrevê, PCH

- Holding e Turbina 16.
- (c) Refere-se à participação no empreendimento BAESA controlado em conjunto registrado pelo método de equivalência patrimonial. Desta forma, para 31 de dezembro de 2024 o empreendimento apresentou os seguintes saldos: Ativo total: R\$ 1.040.810, Capital social: R\$ 398.381, Patrimônio líquido: R\$ 411.436 e Resultado líquido: (R\$ 42.939).
- (d) Refere-se à participação na Controlada LUDESA, registrada pelo método de equivalência patrimonial. Desta forma, para 31 de dezembro de 2024 o empreendimento apresentou os seguintes saldos: Ativo total: R\$ 92.333, Capital social: R\$ 54.521, Patrimônio líquido: R\$ 36.296 e Resultado líquido: (R\$ 52.176).

12.1.2 Provisão para patrimônio líquido negativo em controladas e coligadas

	Participação no Capital %	Participação patrimônio líquido		Resultado de equivalência patrimonial	
		2024	2023	2024	2023
Bio Buriti	100,00%	(15.702)	-	2.347	-
Bio Pedra	100,00%	(52.116)	-	(113.036)	-
Subtotal		(67.818)	-	(110.689)	-
Amortização do ágio, líquido de efeitos fiscais		-	-	-	-
Amortização da mais valia de ativos, líquido de efeitos fiscais		-	-	-	-
Amortização de juros capitalizados		-	-	-	-
Total Provisão para patrimônio líquido negativo		(67.818)	-	(110.689)	-

A mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é classificada, no balanço da controladora, no grupo de Investimentos. Na demonstração do resultado da controladora, a amortização da mais valia de ativos de R\$ 86.450 (R\$ 66.268 no ano de 2023) é classificada na rubrica “resultado de participações societárias”, em consonância com o ICPC 09 (R2).

A movimentação, na controladora dos saldos de investimento em controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são:



Controladora

Investimentos	31/12/2023	Aumento/Redução de capital	Reestruturação societária	Transferência	Amortização de juros capitalizados	Equivalência Patrimonial	AFAC	Dividendos	31/12/2024
Alto Irani	29.029	-	-	-	-	64.559	-	(44.710)	48.878
Aiuruoca	-	-	5.325	-	-	-	-	-	5.325
Arvoredo	-	-	76.921	-	-	-	-	-	76.921
Atlântica I	61.315	(4.000)	-	-	-	14.909	-	(14.974)	57.250
Atlântica II	59.920	(7.700)	-	-	-	14.457	-	(12.697)	53.980
Atlântica IV	70.230	(8.300)	-	-	-	15.013	-	(14.100)	62.842
Atlântica V	75.248	(9.500)	-	-	-	14.706	-	(12.023)	68.431
BAESA	113.621	-	-	-	-	(10.737)	-	-	102.883
Baixa Verde	570	-	-	-	-	(5)	-	-	565
Barra da Paciência	-	-	77.580	-	-	-	-	-	77.580
Bio Alvorada	98.288	-	-	-	-	2.884	-	(639)	100.533
Bio Buri	(18.050)	-	-	18.050	-	-	-	-	-
Bio Coopcana	109.554	-	-	-	-	12.174	-	(10.818)	110.910
Bio Ester	74.505	(5.000)	-	-	-	29.815	-	(10.000)	89.320
Bio Formosa	67.366	-	-	-	-	3.301	-	(18.270)	52.397
Bio Ipe	20.730	-	-	-	(61)	1.788	-	(7.698)	14.760
Bio Pedra	121.168	-	-	(121.168)	-	-	-	-	-
Bioenergia	56.367	(9.000)	-	-	-	16.159	-	(19.318)	44.209
Boa Vista 2	152.168	(3.000)	-	-	-	15.539	-	(14.263)	150.444
Cachoeira Grande	148	-	-	-	-	2.011	-	-	2.159
Cajueiro	689	-	-	-	-	(25)	-	(37)	626
Campos dos Ventos I	-	-	98.409	-	-	-	-	-	98.409
Campos dos Ventos II	65.172	-	-	-	-	10.928	-	(4.711)	71.388
Campos dos Ventos III	-	-	98.795	-	-	-	-	-	98.795
Campos dos Ventos V	-	-	93.835	-	-	-	-	-	93.835
Cherobim	125.791	188.500	-	-	-	2.693	115.000	-	431.984
Chimay	89.382	-	-	-	-	17.546	-	(5.000)	101.928
Cocais Grande	-	-	25.769	-	-	-	-	-	25.769
Corrente Grande	-	-	70.115	-	-	-	-	-	70.115
Costa Branca	53.517	(6.428)	-	-	-	7.650	-	(9.327)	45.412
Costa das Dunas	82.552	(5.703)	-	-	-	1.953	-	(6.160)	72.642
Desa	-	-	150	-	-	-	-	-	150
Dobrevê	884.246	(55.000)	(833.055)	-	-	134.040	-	(130.231)	49.618
Edica Paracuru	40.787	(6.000)	-	-	-	52.235	-	(37.404)	34.155
Eurus I	-	-	34.155	-	-	-	-	-	34.155
Eurus III	-	-	35.348	-	-	-	-	-	35.348
Eurus VI	16.170	(6.000)	-	-	(23)	282	-	(798)	9.611
Farol de Touro	61.181	-	-	-	-	1.013	-	(175)	62.019
Figueira Branca	29.323	-	-	-	-	1.139	-	(2.532)	27.930
Figueirópolis	-	-	107.526	-	-	-	-	-	107.526
Gameleira	43.296	(2.500)	-	-	-	1.196	-	(2.127)	39.865
Ludesa	-	-	53.083	-	-	-	-	-	53.083
Jayaditya	10.797	-	-	-	-	25.896	-	-	36.692
Juremas	34.709	(11.221)	-	-	-	5.011	-	(4.903)	23.595
Macacos	46.342	(10.060)	-	-	-	2.326	-	(4.269)	34.339
Mata Velha	-	-	125.978	-	-	-	-	-	125.978
Mohini	15.059	-	-	-	-	39.303	-	-	54.362
Morro dos Ventos I	-	-	57.479	-	-	-	-	-	57.479
Morro dos Ventos II	-	-	58.366	-	-	-	-	-	58.366
Morro dos Ventos III	-	-	42.631	-	-	-	-	-	42.631
Morro dos Ventos IV	-	-	43.592	-	-	-	-	-	43.592
Morro dos Ventos VI	-	-	58.727	-	-	-	-	-	58.727
Morro dos Ventos IX	-	-	52.827	-	-	-	-	-	52.827
Ninho da Águia	-	-	41.066	-	-	-	-	-	41.066
Paioi	-	-	65.074	-	-	-	-	-	65.074
Navegantes	144	-	-	-	-	5	-	-	149
Novo Horizonte	-	-	106.987	-	-	-	-	-	106.987
PCH Holding	475.238	(5.000)	(501.531)	-	-	161.189	-	(129.896)	109.600
Pedra Cheirosa I	132.230	(24.000)	-	-	-	2.121	-	(751)	109.600
Pedra Cheirosa II	110.893	(11.000)	-	-	-	901	-	(902)	99.893
Pedra Preta	51.176	(6.632)	-	-	-	7.731	-	(8.850)	43.425
Plano Alto	21.768	-	-	-	-	51.166	-	(32.559)	40.374
Rosa dos Ventos	49.263	-	-	-	-	25.238	-	(21.182)	53.319
Salto Góes	101.725	(4.000)	-	-	-	22.192	-	(23.417)	96.500
Santa Clara I	64.512	(17.000)	-	-	(239)	1.081	-	(757)	47.596
Santa Clara II	43.265	(15.000)	-	-	(216)	1.713	-	(948)	28.815
Santa Clara III	43.249	(15.000)	-	-	(186)	2.326	-	(2.952)	27.437
Santa Clara IV	45.870	(16.000)	-	-	(147)	734	-	(1.745)	28.712
Santa Clara V	44.999	(16.000)	-	-	(139)	1.565	-	(2.839)	27.587
Santa Clara VI	48.445	(17.000)	-	-	(111)	(598)	-	(2.098)	28.638
Santa Luzia	164.978	(1.000)	-	-	-	29.759	-	(31.319)	162.418
Santa Ursula	-	-	119.698	-	-	-	-	-	119.698
Santa Mônica	-	-	130.259	-	-	-	-	-	130.259
Santo Dimas	-	-	122.714	-	-	-	-	-	122.714
São Benedito	-	-	119.388	-	-	-	-	-	119.388
São Domingos	-	-	110.289	-	-	-	-	-	110.289
São Gonçalo	-	-	44.407	-	-	-	-	-	44.407
São Martinho	-	-	70.011	-	-	-	-	-	70.011
Silf Cinco	70.943	(3.000)	-	-	-	37.667	-	(28.197)	77.413
Solar I	1.039	-	-	-	-	179	-	-	1.219
Sul Centrais Elétricas	20.063	-	-	-	-	6.730	-	-	26.793
Turbina 16	1.044.600	(50.000)	(976.194)	-	-	82.207	-	(100.613)	-
Turbina 17	52.852	-	-	-	-	1.522	-	-	54.375
Varginha	-	-	37.213	-	-	-	-	-	37.213
Várzea Alegre	-	-	38.643	-	-	-	-	-	38.643
Total	5.278.444	(161.543)	(88.419)	(103.118)	(1.122)	935.169	115.000	(776.209)	5.198.198

Controladora

Provisão passivo descoberto	31/12/2023	Aumento/Redução de capital	Reestruturação societária	Transferência	Amortização de juros capitalizados	Equivalência Patrimonial	AFAC	Dividendos	31/12/2024
Bio Buri	-	-	-	(18.050)	-	2.347	-	-	(15.703)
Bio Pedra	-	-	-	121.168	(247)	(113.036)	-	(60.000)	(52.115)
Total	-	-	-	103.118	(247)	(110.689)	-	(60.000)	(67.818)

Controladora

Investimentos	31/12/2022	Aumento/ Redução de Capital	Outros	Amortização/ Capitalização de Juros	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos	31/12/2023
Alto Irani	46.590	-	-	-	39.121	(56.682)	29.029
Atlântica I	70.537	-	-	-	11.050	(20.272)	61.315
Atlântica II	69.340	-	-	-	9.337	(18.757)	59.920
Atlântica IV	80.938	-	-	-	9.969	(20.678)	70.230
Atlântica V	84.362	-	-	-	9.257	(18.371)	75.248
BAESA	127.288	-	-	-	(2.664)	(11.003)	113.621
Baixa Verde	532	-	-	-	38	-	570
Bio Alvorada	98.344	-	-	-	639	(695)	98.288
Bio Buriti	43.361	-	-	-	(55.582)	(5.829)	(18.050)
Bio Coopcana	103.352	-	-	-	14.665	(8.463)	109.554
Bio Ester	66.787	-	-	-	25.615	(17.897)	74.505
Bio Formosa	55.273	-	10.145	-	15.796	(13.848)	67.366
Bio Ipê	16.671	-	-	(61)	7.699	(3.578)	20.730
Bio Pedra	62.270	-	-	(249)	71.949	(12.802)	121.168
Bioenergia	56.168	-	-	-	19.477	(19.278)	56.367
Boa Vista 2	140.905	-	-	-	13.263	(2.000)	152.168
Cachoeira Grande	135	-	-	-	13	-	148
Cajueiro	664	-	-	-	53	(28)	689
Campos dos Ventos II	71.057	(7.000)	-	-	1.280	(165)	65.172
Chimay	119.677	-	-	-	1.705	(32.000)	89.382
Costa Branca	59.808	82	-	-	7.184	(13.557)	53.517
Costa das Dunas	78.829	-	-	-	8.046	(4.323)	82.552
Dobrevê Energia	985.212	(103.000)	-	-	119.145	(117.111)	884.246
Eólica Paracuru	38.557	-	-	-	40.769	(38.539)	40.787
Eurus VI	15.467	-	-	(23)	798	(72)	16.170
Farol de Touros	58.183	-	-	-	4.102	(1.104)	61.181
Figueira Branca	28.796	-	-	-	2.532	(2.005)	29.323
Gameleira	56.618	(13.000)	-	-	3.740	(4.062)	43.296
Jayaditya	24.725	-	-	-	1.037	(14.965)	10.797
Juremas	36.059	97	-	-	5.067	(6.514)	34.709
Macacos	55.074	111	-	-	5.250	(14.094)	46.342
Mohini	37.442	-	-	-	1.986	(24.369)	15.059
Navegantes	130	-	-	-	14	-	144
PCH Holding	525.168	-	-	-	134.521	(184.451)	475.238
Pedra Cheirosa I	132.734	-	-	-	752	(1.254)	132.230
Pedra Cheirosa II	118.091	-	-	-	902	(8.100)	110.893
Pedra Preta	57.158	99	-	-	9.900	(15.980)	51.176
Plano Alto	37.978	-	-	-	29.653	(45.862)	21.768
Rosa dos Ventos	36.036	-	-	-	23.228	(10.000)	49.263
Salto Góes	101.506	-	-	-	18.417	(18.198)	101.725
Santa Clara I	74.705	(10.000)	-	(239)	757	(711)	64.512
Santa Clara II	56.297	(9.000)	-	(216)	948	(4.764)	43.265
Santa Clara III	55.655	(10.000)	-	(186)	2.952	(5.172)	43.249
Santa Clara IV	56.113	(8.000)	-	(147)	1.745	(3.841)	45.870
Santa Clara V	55.261	(9.000)	-	(139)	2.839	(3.962)	44.999
Santa Clara VI	56.261	(7.000)	-	(111)	2.098	(2.803)	48.445
Santa Cruz	63.577	61.250	-	-	964	-	125.791
Santa Luzia	173.077	-	-	-	27.319	(35.418)	164.978
SIIF Cinco	67.327	-	-	-	31.771	(28.155)	70.944
Solar I	1.016	-	-	-	23	-	1.039
Sul Centrais Elétricas	18.442	-	-	-	1.621	-	20.064
Turbina 16	1.099.963	-	-	-	85.321	(140.684)	1.044.600
Turbina 17	52.716	-	-	-	645	(509)	52.854
Total dos investimentos	5.628.232	(114.361)	10.145	(1.370)	768.726	(1.012.925)	5.278.444

A movimentação, no consolidado, dos saldos de investimento em controladas em conjunto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é como segue:

Consolidado			
Investimentos	Investimentos em 31/12/2023	Resultado de equivalência patrimonial	Investimentos em 31/12/2024
BAESA	113.621	(10.737)	102.883
Total dos investimentos	113.621	(10.737)	102.883

12.2 Mais valia de ativos

A mais valia de ativos refere-se basicamente ao direito de explorar a concessão adquirido através de combinações de negócios. Os ativos referem-se basicamente a aquisições de investimentos e está suportado pela perspectiva de rentabilidade futura (vide nota 14).

Nas demonstrações financeiras consolidadas estes valores estão classificados no grupo de Intangível (nota 14).



12.3 Dividendo a receber

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, os seguintes saldos a receber das controladas diretas, referentes a dividendos:

	Controladora	
	2024	2023
BAESA	-	7.502
Bio Coopcana	-	6.463
Bio Ester	-	5.097
Bio Pedra	-	12.802
Cajueiro	-	46
Chimay	-	10.000
Costa Branca	-	1.824
Costa das Dunas	465	2.030
Farol de Touros	157	2.289
Jayaditya	-	2.361
Mohini	-	7.869
Juremas	1.191	1.326
Macacos	553	1.332
Pedra Preta	913	2.514
PCH Holding	-	6.000
Figueiropolis	2.263	-
Santa Luzia	-	1.000
Ludesa	1.594	-
Turbina 17	-	4.865
	7.136	75.320

No consolidado, o saldo de dividendo a receber de R\$ 1.594 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 7.517 em 31 de dezembro de 2023), refere-se basicamente aos empreendimentos controlados em conjunto.

Após deliberações das AGOs/AGEs de suas controladas, a Companhia registrou em 2024 o montante de R\$ 602.563 a título de dividendos referente ao exercício de 2023.

Adicionalmente, as controladas declararam em 2024 (i) R\$ 323.076 como dividendo intermediário referente aos resultados intermediários de 2024; (ii) R\$ 17.358 decorrente de reversão de reservas para declaração de dividendo; e (iii) R\$ 3.363 como dividendo mínimo obrigatório.

Dos montantes registrados como contas a receber, R\$ 1.260.337 foram pagos pelas controladas para a Companhia em 2024.

12.4 Adiantamento para futuro aumento de capital

	Controladora	
	2024	2023
Cherobim	-	188.500
	-	188.500



12.5 Participação de acionistas não controladores e empreendimentos controlados em conjunto

A divulgação da participação em controladas, de acordo com a IFRS 12 e CPC 45, é como segue:

12.5.1 Movimentação da participação de acionistas não controladores

	Costa Branca	Costa das Dunas	Farol de Touros	Juremas	Macacos	Pedra Preta	Ludesa	Outros	Total
Saldo em 31/12/2022	5.124	4.580	4.458	3.524	5.025	5.140	79.788	461	108.098
Participação acionária e no capital votante	5,00%	4,86%	6,47%	5,00%	5,00%	5,00%	40,00%	5,00%	
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	380	415	278	276	275	524	20.205	4	22.356
Aumento de capital sem alteração no controle	11	1	1	5	13	11	(4.000)	-	(3.958)
Distribuição de dividendos adicionais, intermediários e intercalares	(729)	(224)	(66)	(357)	(761)	(858)	(21.755)	-	(24.749)
Saldo em 31/12/2023	4.785	4.772	4.671	3.449	4.552	4.817	74.237	464	101.747
Participação acionária e no capital votante	5,00%	4,86%	6,47%	5,00%	5,00%	5,00%	40,00%	5,00%	
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	398	100	70	261	119	401	19.963	(1)	21.311
Aumento (redução) de capital sem alteração no controle	-	(277)	-	(570)	(523)	(333)	(2.375)	-	(4.077)
Distribuição de dividendos adicionais, intermediários e intercalares	(508)	(297)	(10)	(202)	(200)	(429)	(20.446)	-	(22.093)
Saldo em 31/12/2024	4.675	4.298	4.731	2.938	3.948	4.456	71.380	463	96.888
Participação acionária e no capital votante	5,00%	4,86%	6,47%	5,00%	5,00%	5,00%	40,00%	5,00%	



12.5.2 Informações financeiras resumidas das controladas que têm participação de não controladores

As informações financeiras resumidas das controladas em que há participação de não controladores, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, são como segue:

	Costa Branca		Costa das Dunas		Farol de Touros		Juremas		Macacos		Pedra Preta		Ludesa		Outros	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Ativo circulante	7.724	8.402	16.600	29.653	12.114	12.406	8.211	12.362	9.941	13.952	7.808	9.385	13.984	14.876	1.136	1.185
Caixa e equivalentes de caixa	759	2.660	1.115	17.306	527	1.101	910	4.859	857	4.926	875	2.191	3.084	2.649	1.117	1.167
Outros ativos	6.965	5.742	15.485	12.347	11.587	11.305	7.301	7.503	9.084	9.026	6.933	7.194	10.900	12.227	19	18
Ativo não circulante	61.952	66.724	117.335	122.442	110.467	114.899	45.701	49.463	63.954	64.817	60.183	64.361	78.348	109.039	664	728
Imobilizado e Intangível	61.787	66.608	114.996	120.653	108.254	113.712	45.017	48.872	63.279	64.237	59.972	64.202	77.546	108.417	-	643
Outros ativos	165	115	2.339	1.789	1.807	1.188	684	590	675	580	211	160	802	622	-	85
Passivo circulante	8.399	8.531	5.210	9.380	8.921	11.885	17.403	16.229	21.001	18.242	9.899	10.679	3.861	5.741	3	49
Empréstimos e financiamentos	-	-	2.944	2.913	2.616	2.588	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar	8.399	8.531	2.266	6.467	6.305	9.297	17.403	16.229	21.001	18.242	9.899	10.679	3.861	5.741	3	49
Passivo não circulante	13.475	8.431	52.375	55.317	46.945	49.532	11.672	7.564	16.747	9.807	12.382	7.195	-	1.000	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	50.775	53.583	45.724	48.212	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar	13.475	8.431	1.599	1.734	1.223	1.321	11.673	7.564	16.747	9.807	12.381	7.195	-	1.000	-	-
Patrimônio líquido	47.802	58.164	76.350	87.397	66.308	65.888	24.837	38.032	36.146	50.719	45.711	55.873	88.472	117.174	1.798	1.863

	Costa Branca		Costa das Dunas		Farol de Touros		Juremas		Macacos		Pedra Preta		Ludesa		Outros	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	17.147	18.258	17.915	24.100	15.362	20.659	13.198	13.264	16.875	16.825	17.358	19.634	65.757	66.008	-	-
Custo e despesa operacional	(4.766)	(6.153)	(6.828)	(7.622)	(4.575)	(6.364)	(4.697)	(4.361)	(7.684)	(7.259)	(5.175)	(4.894)	(6.031)	(5.567)	(17)	-
Depreciação e amortização	(3.974)	(3.844)	(5.888)	(5.366)	(5.433)	(5.323)	(2.741)	(2.631)	(3.626)	(3.365)	(3.628)	(3.455)	(8.260)	(8.227)	-	-
Receita de juros	1.025	576	2.306	2.674	580	502	1.251	805	(1.327)	1.169	845	551	1.203	748	95	140
Despesa de juros	(563)	(489)	(3.984)	(3.581)	(4.146)	(4.367)	(707)	(881)	(3.207)	(951)	(492)	(563)	(56)	(106)	-	-
Despesa de imposto sobre a renda	(902)	(758)	(1.463)	(1.658)	(704)	(810)	(1.088)	(676)	(1.314)	(914)	(892)	(794)	(2.704)	(2.344)	(105)	(22)
Lucro líquido do período	7.967	7.590	2.059	8.547	1.083	4.297	5.216	5.520	2.370	5.505	8.017	10.479	49.909	50.512	(27)	118



12.5.3 Empreendimento controlado em conjunto

As informações financeiras resumidas do empreendimento controlado em conjunto, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, são como segue:

	BAESA	
	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante	66.695	52.839
Caixa e equivalentes de caixa	23.751	13.099
Ativo não circulante	974.115	1.013.972
Passivo circulante	101.076	110.840
Outros passivos financeiros	66.663	68.586
Passivo não circulante	528.297	501.595
Outros passivos financeiros	427.758	414.639
Patrimônio líquido	411.436	454.375

	BAESA	
	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	227.729	195.121
Custo e despesa operacional	(130.306)	(146.169)
Depreciação e amortização	(58.173)	(57.559)
Receita de juros	3.599	4.748
Despesa de juros	(64.196)	(17.238)
Despesa de imposto sobre a renda	(21.903)	6.798
Equivalência patrimonial	311	466
Prejuízo líquido	(42.939)	(13.833)

12.5.4 Operação controlada em conjunto

A Companhia possui parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico da Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás. A concessão e a operação do aproveitamento Hidrelétrico pertencem a Furnas Centrais Elétricas S.A. Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas (operação controlada em conjunto), ficou assegurada à CPFL Renováveis a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 637,5 MW médios (328,57 MW médios), até 2028.

(13) IMOBILIZADO

	Controladora							
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2022	18.888	193.822	206.449	879.177	483	1.368	268.829	1.569.016
Custo histórico	18.945	466.193	521.573	2.678.585	2.044	5.360	268.829	3.961.529
Depreciação acumulada	(57)	(272.371)	(315.124)	(1.799.408)	(1.561)	(3.992)	-	(2.392.513)
Adições	-	-	-	-	-	-	125.341	125.342
Baixas	-	(15)	-	(11.930)	(580)	(2)	-	(12.527)
Transferências	-	50	3.934	91.215	-	-	(95.199)	-
Depreciação	(1)	(12.449)	(14.680)	(109.613)	(199)	(178)	-	(137.120)
Baixa de depreciação	-	15	-	7.746	486	2	-	8.249
Saldo em 31/12/2023	18.887	181.423	195.703	856.595	190	1.190	298.972	1.552.960
Custo histórico	18.945	466.228	525.507	2.757.870	1.464	5.358	298.972	4.074.344
Depreciação acumulada	(58)	(284.805)	(329.804)	(1.901.275)	(1.274)	(4.168)	-	(2.521.384)
Adições	-	-	-	-	-	-	69.337	69.337
Baixas	-	(7)	(3.129)	(5.364)	-	-	(3)	(8.503)
Transferências (a)	-	800	8.909	147.142	14.349	420	(163.583)	8.037
Depreciação	(2)	(12.466)	(14.938)	(116.992)	(1.953)	(196)	-	(146.547)
Baixa de depreciação	-	7	567	2.434	-	-	-	3.008
Incorporações	5.078	-	-	-	-	-	-	5.078
Saldo em 31/12/2024	23.963	169.757	187.112	883.815	12.586	1.413	204.723	1.483.369
Custo histórico	24.023	467.021	531.287	2.899.648	15.813	5.778	204.723	4.148.293
Depreciação acumulada	(60)	(297.264)	(344.175)	(2.015.833)	(3.227)	(4.365)	-	(2.664.923)
Taxa média de depreciação 2024	4,53%	2,75%	4,44%	5,87%	14,29%	6,26%		
Taxa média de depreciação 2023	1,67%	2,67%	2,79%	3,97%	13,53%	3,37%		

(a) Refere-se a reclassificação de ativos entre imobilizado e intangível.

	Consolidado							
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2022	144.329	930.166	627.962	5.130.824	492	2.374	595.322	7.431.469
Custo histórico	199.633	1.778.726	1.269.289	9.850.612	2.477	9.864	595.322	13.703.923
Depreciação acumulada	(55.304)	(848.560)	(641.327)	(4.719.788)	(1.985)	(7.490)	-	(6.272.454)
Adições	-	-	-	-	-	-	433.039	433.039
Baixas	-	(1.493)	(9.968)	(152.587)	(580)	(78)	(4.827)	(169.533)
Transferências	(1.677)	13.107	(24.156)	156.554	-	393	(144.221)	-
Depreciação	(3.305)	(37.223)	(33.676)	(407.181)	(206)	(394)	-	(481.985)
Baixa de depreciação	-	950	3.411	107.274	486	61	-	112.182
Saldo em 31/12/2023	139.347	905.507	563.573	4.834.884	192	2.356	879.313	7.325.172
Custo histórico	197.956	1.790.340	1.235.165	9.854.579	1.897	10.179	879.313	13.969.429
Depreciação acumulada	(58.609)	(884.833)	(671.592)	(5.019.695)	(1.705)	(7.823)	-	(6.644.257)
Adições	-	-	-	-	-	-	292.488	292.488
Baixas	-	(113)	(55.629)	(372.084)	-	(145)	(360)	(428.331)
Transferências (a)	762	25.664	54.653	232.781	14.349	813	(319.373)	9.649
Depreciação	(3.400)	(42.444)	(36.431)	(376.166)	(1.958)	(461)	-	(460.860)
Baixa de depreciação	-	78	18.740	231.270	-	114	-	250.202
Saldo em 31/12/2024	136.709	888.692	544.906	4.550.685	12.583	2.677	852.068	6.988.320
Custo histórico	198.718	1.815.891	1.234.189	9.715.276	16.246	10.847	852.068	13.843.235
Depreciação acumulada	(62.009)	(927.199)	(689.283)	(5.164.591)	(3.663)	(8.170)	-	(6.854.915)
Taxa média de depreciação 2024	5,44%	3,70%	3,93%	4,58%	14,28%	6,15%		
Taxa média de depreciação 2023	1,67%	2,08%	2,73%	4,13%	10,73%	3,88%		

(a) Refere-se a reclassificação de ativos entre imobilizado e intangível.

O saldo de imobilizado em curso no consolidado é de R\$ 852.068 (R\$ 868.449 em 31 de dezembro de 2023) refere-se principalmente, à execução do projeto de construção da Usina PCH Cherobin. Existem outros saldos em curso relacionados às pequenas obras de manutenção que ocorrem nos demais empreendimentos pertencentes ao grupo. Os valores de depreciação estão registrados na demonstração do resultado, na linha de “Depreciação e amortização”.

*As baixas referem-se principalmente ao acordo realizado com o Grupo Pedra, conforme descrito na nota 20.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor total de ativos imobilizados concedidos em garantia a empréstimos e financiamentos, conforme mencionado na nota 16, é de aproximadamente R\$ 529.342 (R\$ 550.986 em 31 de dezembro de 2023).

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Anualmente a Administração avalia eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação, em linha com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Tal avaliação é baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2024 e 2023 não houve necessidade de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados da Companhia.

(14) INTANGÍVEL

	Controladora		
	Direito de concessão		Total
	Adquirido em combinação de negócio	Outros ativos intangíveis	
Saldo em 31/12/2022	697.450	32.380	729.830
Custo histórico	1.766.660	62.506	1.829.166
Amortização acumulada	(1.069.210)	(30.126)	(1.099.336)
Adições	-	4.340	4.340
Amortização	(64.431)	(3.360)	(67.791)
Baixa - outros ativos	(9.966)	(5.490)	(15.456)
Baixa de amortização	-	3.778	3.778
Saldo em 31/12/2023	623.053	31.648	654.701
Custo histórico	1.756.694	61.356	1.818.050
Amortização acumulada	(1.133.641)	(29.708)	(1.163.349)
Adições	-	10.240	10.240
Amortização	(64.431)	(3.723)	(68.154)
Baixa - outros ativos	(9.966)	-	(9.966)
Transferências (a)	-	(8.037)	(8.037)
Saldo em 31/12/2024	548.656	30.128	578.784
Custo histórico	1.746.728	63.559	1.810.287
Amortização acumulada	(1.198.072)	(33.431)	(1.231.503)

(a) Refere-se a transferência de ativos entre imobilizado e intangível.

	Consolidado			
	Direito de concessão		Outros ativos intangíveis	Total
	Adquirido em combinação de negócio	Uso do bem público		
Saldo em 31/12/2022	1.998.618	122.227	48.096	2.168.941
Custo histórico	4.033.524	134.619	94.949	4.263.092
Amortização acumulada	(2.034.906)	(12.392)	(46.853)	(2.094.151)
Adições	-	-	4.340	4.340
Amortização	(168.375)	(9.201)	(4.564)	(182.140)
Baixa - outros ativos	(1.264)	-	(5.979)	(7.243)
Baixa de amortização	-	-	4.119	4.119
Transferências - outros ativos	-	(113.026)	113.026	-
Saldo em 31/12/2023	1.828.979	-	159.038	1.988.017
Custo histórico	4.032.260	-	168.485	4.200.745
Amortização acumulada	(2.203.281)	-	(9.447)	(2.212.728)
Adições	-	-	8.113	8.113
Amortização	(167.567)	-	(11.048)	(178.615)
Baixa	(4.595)	-	-	(4.595)
Transferências (a)	16.490	-	(9.649)	6.841
Saldo em 31/12/2024	1.673.307	-	146.454	1.819.761
Custo histórico	4.044.157	-	166.949	4.211.106
Amortização acumulada	(2.370.850)	-	(20.495)	(2.391.345)



(a) Refere-se a transferências entre: i) Investimentos e intangível no montante de R\$ 16.490; ii) Imobilizado e Intangível no montante de R\$ 9.649.

No consolidado, os valores de amortização estão registrados como segue: (i) “depreciação e amortização de intangível de concessão” para a amortização do ativo intangível adquirido em combinação de negócios, Uso do Bem Público e (ii) “depreciação e amortização” para a amortização de outros ativos intangíveis.

14.1 Intangível adquirido em combinações de negócios

A composição do ativo intangível correspondente ao direito de explorar as concessões, adquirido em combinações de negócios, está demonstrado a seguir:

	Consolidado					
	31/12/2024		31/12/2023		Taxa de amortização anual	
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	31/12/2024	31/12/2023
Intangível adquirido não incorporado						
Alto Irani	171.016	(109.260)	61.756	69.900	4,76%	4,76%
Arvoredo	38.086	(24.204)	13.882	15.635	4,60%	4,60%
Atlântica I	469	(159)	310	325	3,13%	3,13%
Atlântica II	469	(158)	310	325	3,12%	3,12%
Atlântica IV	469	(158)	310	325	3,12%	3,12%
Atlântica V	469	(158)	310	325	3,12%	3,12%
Baixa Verde	4.981	-	4.981	4.981	-	-
Barra da Paciência	82.973	(65.064)	17.909	21.490	4,32%	4,32%
Bio Ester	15.874	(11.552)	4.322	5.265	5,94%	5,94%
Boa Vista 2	74.049	(14.114)	59.936	62.255	3,13%	3,13%
Cajueiro	7.823	-	7.823	7.823	-	-
Campo dos Ventos I	3.642	(1.149)	2.492	2.629	3,75%	3,75%
Campo dos Ventos II	5.576	(1.940)	3.637	3.808	3,07%	3,07%
Campo dos Ventos III	3.642	(1.157)	2.484	2.621	3,74%	3,74%
Campo dos Ventos V	3.642	(1.149)	2.492	2.629	3,75%	3,75%
Cocais Grande	29.297	(21.513)	7.784	9.341	5,31%	5,31%
Corrente Grande	49.995	(38.969)	11.026	13.196	4,34%	4,34%
Costa Branca	49.482	(16.325)	33.157	34.675	3,07%	3,07%
Costa das Dunas	5.278	(605)	4.673	4.827	2,93%	2,93%
Eólica Paracuru	223.512	(147.842)	75.669	98.005	5,01%	4,82%
Eurus I	65.603	(21.322)	44.281	46.356	3,16%	3,16%
Eurus III	65.603	(21.322)	44.281	46.356	3,16%	3,16%
Eurus VI	1.311	(494)	817	856	3,02%	3,02%
Farol de Touros	4.060	(373)	3.687	3.805	2,90%	2,90%
Figueira Branca	2.436	(269)	2.167	2.242	3,08%	3,08%
Figueirópolis	6.672	(3.501)	3.170	3.511	5,09%	5,09%
Gameleira	3.248	(323)	2.925	3.022	2,99%	2,99%
Juremas	40.751	(13.479)	27.272	28.526	3,08%	3,08%
Ludesa	132.073	(74.396)	57.677	64.889	5,46%	5,46%
Macacos	53.384	(17.658)	35.726	37.369	3,08%	3,08%
Mata Velha	25.463	(13.565)	11.898	13.489	6,25%	6,25%
Morro dos Ventos I	50.926	(16.967)	33.959	35.620	3,26%	3,24%
Morro dos Ventos II	3.169	(942)	2.227	2.325	3,12%	3,12%
Morro dos Ventos III	50.926	(16.955)	33.971	35.620	3,24%	3,24%
Morro dos Ventos IV	50.926	(16.955)	33.971	35.620	3,24%	3,24%
Morro dos Ventos VI	50.926	(16.955)	33.971	35.620	3,24%	3,24%
Morro dos Ventos IX	53.150	(17.696)	35.454	37.175	3,24%	3,24%
Ninho da Água	29.297	(21.513)	7.784	9.341	5,31%	5,31%
Paol	58.594	(37.672)	20.922	23.651	4,66%	4,66%
Pedra Cheirosa I	25.945	(9.385)	16.560	17.811	4,82%	4,82%
Pedra Cheirosa II	31.050	(8.442)	22.608	23.734	3,63%	3,63%
Pedra Preta	53.390	(17.615)	35.775	37.414	3,07%	3,07%
Plano Alto	127.249	(81.298)	45.951	52.010	4,76%	4,76%
Rosa dos Ventos	66.607	(40.024)	26.583	31.407	5,54%	5,45%
Salto Góes	55.442	(24.214)	31.228	33.232	3,61%	3,61%
Santa Clara I	5.229	(1.976)	3.254	3.411	3,02%	3,02%
Santa Clara II	5.229	(1.971)	3.259	3.416	3,02%	3,02%
Santa Clara III	5.229	(1.976)	3.254	3.411	3,02%	3,02%
Santa Clara IV	5.229	(1.976)	3.254	3.411	3,02%	3,02%
Santa Clara V	5.229	(1.961)	3.268	3.425	3,00%	3,00%
Santa Clara VI	5.229	(1.976)	3.254	3.411	3,02%	3,02%
Santa Luzia	88.167	(36.973)	51.194	54.038	3,23%	3,23%
Santa Mônica	5.963	(1.763)	4.199	4.418	3,66%	3,66%
Santa Ursula	5.963	(1.763)	4.199	4.418	3,66%	3,66%
Santo Dimas	5.963	(1.769)	4.194	4.413	3,67%	3,67%
São Benedito	5.963	(1.782)	4.181	4.400	3,66%	3,66%
São Domingos	5.963	(1.721)	4.242	4.451	3,50%	3,50%
São Gonçalo	32.226	(23.559)	8.667	10.372	5,29%	5,29%
São Martinho	5.963	(1.763)	4.199	4.418	3,66%	3,66%
SIIF Cinco	133.134	(56.074)	77.060	57.717	4,86%	4,86%
Varginha	26.367	(19.361)	7.006	8.407	5,31%	5,31%
Várzea Alegre	21.973	(16.134)	5.838	7.006	5,31%	5,31%



2.247.963	(1.123.313)	1.124.650	1.205.924
-----------	-------------	-----------	-----------

	Consolidado						
	31/12/2024			31/12/2023		Taxa de amortização anual	
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	31/12/2024	31/12/2023	
Intangível adquirido já incorporado - recomposto							
Eólica de Icarazinho	353.069	(222.618)	130.451	147.466	4,82%	4,82%	
Eólica de Formosa	227.113	(144.360)	82.754	93.788	4,86%	4,86%	
BVP Geradora	760.029	(457.798)	302.231	338.612	4,79%	4,79%	
Semesa	426.450	(393.228)	33.221	43.188	2,34%	2,34%	
	1.766.660	(1.218.003)	548.657	623.055			
Total	4.014.624	(2.341.317)	1.673.307	1.828.979			

O saldo dos intangíveis é amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração dos empreendimentos, pelo método de amortização linear a partir da data de entrada em operação.

14.2 Teste de redução ao valor recuperável

Anualmente a Administração avalia eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação, em linha com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Tal avaliação é baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2024 e 2023 não houve necessidade de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis da Companhia.

(15) FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<u>Circulante</u>				
Suprimento de energia elétrica	46.260	22.089	81.386	52.234
Encargos de uso da rede elétrica	4.231	3.846	15.443	14.550
Materiais e serviços	43.690	48.281	117.218	165.194
Total	94.181	74.216	214.047	231.978
<u>Não circulante</u>				
Suprimento de energia elétrica	7.791	6.138	20.075	46.322
Total	7.791	6.138	20.075	46.322

(16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Controladora						
	Saldo em 31/12/2023	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e MTM	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2024
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
TJLP	222.781	-	(41.710)	16.996	-	(15.546)	182.521
IPCA	143.830	60.000	(8.439)	15.581	-	(7.269)	203.703
Total ao custo	366.611	60.000	(50.149)	32.577	-	(22.815)	386.224
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	378.007	-	(338.968)	2.916	21.680	(5.347)	58.288
Marcação a mercado	(3.329)	-	-	2.874	-	-	(455)
Total ao valor justo	374.678	-	(338.968)	5.790	21.680	(5.347)	57.833
Total	741.289	60.000	(389.117)	38.367	21.680	(28.162)	444.057
Circulante	379.312						117.784
Não Circulante	361.977						326.273

Modalidade	Controladora						
	Saldo em 31/12/2022	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e MTM	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2023
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
TJLP	261.904	-	(41.447)	20.755	-	(18.431)	222.781
IPCA	60.108	80.000	-	6.973	-	(3.251)	143.830
IGP-M	13.252	-	(12.920)	209	-	(541)	-
Gastos com captação	(35)	-	-	35	-	-	-
Total ao custo	335.229	80.000	(54.367)	27.972	-	(22.223)	366.611
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	456.503	-	(48.561)	9.708	(29.371)	(10.272)	378.007
Marcação a mercado	(18.732)	-	-	15.403	-	-	(3.329)
Total ao valor justo	437.770	-	(48.561)	25.111	(29.371)	(10.272)	374.678
Total	773.000	80.000	(102.928)	53.083	(29.371)	(32.495)	741.289
Circulante	107.431						379.312
Não Circulante	665.569						361.977

Modalidade	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2023	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e MTM	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2024
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
TJLP	334.654	-	(48.736)	26.965	-	(24.484)	288.399
IPCA	308.240	60.000	(16.520)	25.480	-	(17.077)	360.123
Gastos com captação	(2.975)	-	-	160	-	-	(2.815)
Total ao custo	639.919	60.000	(65.256)	52.605	-	(41.561)	645.707
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	378.007	-	(338.968)	2.916	21.680	(5.347)	58.288
Marcação a mercado	(3.329)	-	-	2.874	-	-	(455)
Total ao valor justo	374.678	-	(338.968)	5.790	21.680	(5.347)	57.833
Total	1.014.597	60.000	(404.223)	58.395	21.680	(46.909)	703.540
Circulante	394.951						133.727
Não Circulante	619.646						569.813

Modalidade	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2022	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e MTM	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2023
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
TJLP	379.363	-	(48.416)	31.562	-	(27.855)	334.654
IPCA	234.416	80.000	(8.038)	13.828	-	(11.966)	308.240
CDI	55.205	-	(52.800)	1.270	-	(3.675)	-
IGP-M	13.252	-	(12.920)	209	-	(541)	-
Gastos com captação	(3.342)	-	-	367	-	-	(2.975)
Total ao custo	678.894	80.000	(122.174)	47.235	-	(44.037)	639.919
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	456.503	-	(48.561)	9.708	(29.371)	(10.272)	378.007
Marcação a mercado	(18.732)	-	-	15.403	-	-	(3.329)
Total ao valor justo	437.771	-	(48.561)	25.111	(29.371)	(10.272)	374.678
Total	1.116.665	80.000	(170.735)	72.347	(29.371)	(54.309)	1.014.597
Circulante	179.717						394.951
Não Circulante	936.948						619.646



Em consonância com o CPC 48, os gastos com captação referem-se aos custos diretamente atribuíveis às dívidas e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais		Controladora		Consolidado		Faixa de vencimento	Garantia
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023		
Mensuradas ao custo - Moeda nacional								
TJLP								
FINEM	TJLP e TJLP + de 1,72% a 2,52%	(a)	182.521	222.781	288.399	334.654	2012 a 2039	i) Penhor e alienação fiduciária de equipamentos; ii) penhor e cessão fiduciária de direitos creditórios; iii) contas reserva e centralizadora; iv) penhor de ações; v) penhor de direitos emergentes das autorizações pela ANEEL; vi) penhor de ações das beneficiárias; vii) fiança da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid; viii) fiança bancária.
IPCA								
BNB	IPCA + 1,36% a 1,48%		-	-	156.419	164.410	2022 a 2044	i) Alienação fiduciária de bens; ii) alienação fiduciária de recebíveis; iii) penhor de ações; iv) penhor de Direitos Emergentes autorizados pela ANEEL; v) penhor de recebíveis/ direitos creditórios de contratos operacionais; vi) garantia corporativa da Controladora; vii) garantia bancária; viii) conta reserva.
FINEM	IPCA + 4,18%		203.703	143.830	203.703	143.830	2022 a 2036	
Total moeda nacional			386.224	366.611	648.521	642.894		
Mensuradas ao valor justo – Moeda estrangeira								
Empréstimos bancários	US\$ + de 2,07% a 2,57%		58.288	378.007	58.288	378.007	2024 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória.
Marcação a mercado			(455)	(3.329)	(454)	(3.329)		
Total moeda estrangeira			57.833	374.678	57.834	374.678		
Gastos com captação (*)					(2.815)	(2.975)		
Total			444.057	741.289	703.540	1.014.597		

(*) Conforme CPC 48/ IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo. Determinados empréstimos bancários, principalmente os contratados em moeda estrangeira, possuem swap convertendo variação cambial e taxa pré-fixada para variação de taxas de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 32.

Taxa efetiva: a) De 54% a 83% do CDI

Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 32.

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia, em consonância com o CPC 48 e IFRS 9, classificou suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito, que a depender das características das dívidas na época das contratações, pode ser registrada em outros resultados abrangentes ou no resultado do período.

Em 31 de dezembro de 2024, os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 455 (R\$ 3.329 em 31 de dezembro de 2023), que somados aos ganhos obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 1.581 (R\$ 3.985 em 31 de dezembro de 2023), contratados para proteção da variação cambial (nota 32), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 2.035 (R\$ 7.314 em 31 de dezembro de 2023).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	Controladora	Consolidado
2026	59.051	74.084
2027	59.051	74.084
2028	59.051	74.084
2029	31.061	46.094
2030	17.066	32.099
2031 a 2035	85.331	160.497
2036 a 2040	15.644	84.459
2041 a 2045	-	24.393
	<u>326.254</u>	<u>569.794</u>
Marcação a mercado	19	19
Total	<u>326.273</u>	<u>569.813</u>

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional, estão abaixo demonstrados:

Indexador	Variação acumulada %		Consolidado % da dívida	
	2024	2023	2024	2023
	IGP-M	6,54	(3,18)	-
IPCA	4,83	4,62	35,40	25,23
TJLP	7,43	6,53	28,35	27,39
CDI	12,15	11,65	36,25	47,38
			100,00	100,00

Principais adições no exercício

No exercício de 2024, a Companhia e suas controladas obtiveram novas liberações de empréstimos e financiamentos.

	Montante em R\$ mil		Pagamento de juros	Amortização de principal	Destinação de recurso	Encargo financeiro anual e taxa efetiva	Taxa efetiva com derivativo
	Total aprovado	Liberado em 2024					
CPFL Renováveis	132.000	132.000	Semestral	Parcela única em março 2031.	Investimento	IPCA + 5,81%	IPCA + 5,81%
Total	132.000	132.000					

Condições restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pelas empresas da Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2024.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias da Companhia, detentoras dos contratos

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a um índice que varia entre 1,2.
- Índice de Capitalização Própria maior ou igual a 30%.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25.
- Dívida Líquida dividida pela soma entre Patrimônio Líquido e Dívida Líquida menor ou igual a 0,28.

Índice exigido nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power Participações S.A. ("State Grid Brazil")

- Patrimônio Líquido dividido pelo Ativo Total (desconsiderando os efeitos do IFRIC 12/OCPC 01) maior ou igual a 0,3.

A definição de EBITDA na Companhia para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela Companhia naquelas empresas (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2024.

(17) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Controladora / Consolidado

	Saldo em 31/12/2022	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e MTM	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2023	Captação	Encargos, atualização monetária e MTM	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2024
Mensurados ao custo - Pós fixado										
CDI	164.592	190.000	(164.327)	8.024	(7.464)	190.825	-	22.355	(22.037)	191.143
Gastos com captação (*)	(37)	-	37	-	-	-	-	-	-	-
Total ao custo	164.555	190.000	(164.290)	8.024	(7.464)	190.825	-	22.355	(22.037)	191.143
Mensurados ao valor justo										
- Pós fixado										
IPCA	-	-	-	-	-	-	132.000	6.310	-	138.310
Marcação a mercado	-	-	-	-	-	-	-	(12.790)	-	(12.790)
Total ao valor justo	-	-	-	-	-	-	132.000	(6.480)	-	125.520
Total	164.555	190.000	(164.290)	8.024	(7.464)	190.825	132.000	15.875	(22.037)	316.663
Circulante	164.555					825				3.386
Não Circulante	-					190.000				313.277

(*) conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	Consolidado		Faixa de vencimento	Garantia
		2024	2023		
CDI (a)	CDI + 1,12%	191.143	190.825	2028	Fiança CPFL Energia
IPCA (b)	IPCA + 5,81%	125.520	-	2031	Fiança CPFL Energia
Total		316.663	190.825		

(a) A taxa efetiva das debêntures mensurado ao custo corresponde ao CDI + 1,12%

(b) A taxa efetiva das debêntures mensurado ao valor justo corresponde ao CDI + 0,30%. Para maiores detalhes, vide nota 32.

O saldo principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	Consolidado
2028	190.000
2031	136.063
Subtotal	326.063
	(12.790)
Subtotal	313.277

Condições restritivas

As debêntures emitidas pelas empresas da Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2024.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração do Grupo monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração do Grupo, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2024.

(18) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

As controladas mantêm Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados, cujas características:

18.1 Características

Após a integração da CPFL Renováveis em 2020, parte dos funcionários anteriormente vinculados a CPFL Geração, integrada à CPFL Renováveis, permaneceram no plano de origem PPCPFL. Por esta razão, a CPFL Renováveis passou a ser patrocinadora deste plano, que se encontra fechado para novas adesões desde abril de 2020. Para os demais colaboradores, foi mantido o plano na modalidade PGBL administrado pelo Bradesco, sendo este atualmente oferecido aos novos colaboradores.

18.2 Movimentações dos planos de benefício definido

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	120.010	137.927
Valor justo dos ativos do plano	(118.238)	(115.613)
Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos	<u>1.772</u>	<u>22.314</u>
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	14.291	-
Efeito risk sharing (parcela atribuída aos participantes)	(1.326)	-
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	<u>14.737</u>	<u>22.314</u>

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2022	<u>150.383</u>
Custo do serviço corrente bruto	19
Juros sobre obrigação atuarial	14.898
Ganho atuarial: efeito de premissas financeiras	(2.870)
Benefícios pagos no ano	(15.539)
Ganho decorrente de liquidação antecipada do plano	(8.964)
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2023	<u>37.927</u>
Custo do serviço corrente bruto	11
Juros sobre obrigação atuarial	12.801
Ganho atuarial: efeito de premissas financeiras	(19.215)
Benefícios pagos no ano	(1.326)
Ganho decorrente de conversão voluntária de renda	(11.514)
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2024	<u>118.684</u>

Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2022	(119.199)
Rendimento esperado no exercício	(12.213)
Contribuições de patrocinadoras	(7.696)
Ganho atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(742)
Benefícios pagos no exercício	15.539
Perda decorrente de conversão voluntária de renda	8.698
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2023	(115.613)
Rendimento esperado no exercício	(10.993)
Contribuições de patrocinadoras	(6.955)
Ganho atuarial: retorno sobre os ativos do plano	3.809
Benefícios pagos no exercício	11.514
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2024	(118.238)

18.3 Movimentações dos ativos e passivos registrados

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Passivo atuarial líquido em 31/12/2022	31.184
Despesas reconhecidas na demonstração do resultado	2.438
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(7.696)
Ganho atuarial: efeito de premissas financeiras	(2.870)
Ganho atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(742)
Passivo atuarial líquido em 31/12/2023	22.314
Conversão para dívida financeira	4.953
Outras contribuições	30
Total passivo 31/12/2023	27.146
Circulante	8.503
Não circulante	18.643

Passivo atuarial líquido em 31/12/2023	22.314
Despesas reconhecidas na demonstração do resultado	1.819
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(6.955)
Ganho atuarial: efeito de premissas financeiras	(19.215)
Ganho atuarial: retorno sobre os ativos do plano	3.809
Efeito <i>risk sharing</i>	(1.326)
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	14.291
Passivo atuarial líquido em 31/12/2024	14.737
Conversão para dívida financeira	3.709
Outras contribuições	27
Total passivo 31/12/2024	18.473
Circulante	5.706
Não circulante	12.767

18.4 Contribuições e benefícios esperados

As contribuições esperadas aos planos para o exercício de 2024 estão apresentadas no montante de R\$ 7.001.

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

Ano pagamento	R\$ mil
2025	12.875
2026	13.095
2027	13.296
2028	13.496
2029 a 2034	83.219
Total	135.981

Em 31 de dezembro de 2024, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 9 anos.

18.5 Receitas e despesas com entidade de previdência privada

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração da Companhia apresenta a estimativa atuarial para as despesas e ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2025 e as despesas e ou receitas reconhecidas em 2024 e 2023, são como segue:

	<u>2025 estimadas</u>
Custo do serviço	9
Juros sobre obrigações atuariais	13.280
Rendimento esperado dos ativos do plano	(13.640)
Efeito do limite do ativo a ser registrado	1.689
Total da despesa	<u>1.338</u>

	<u>2024 realizadas</u>
Custo do serviço	11
Juros sobre obrigações atuariais	12.801
Rendimento esperado dos ativos do plano	(10.993)
Total da despesa	<u>1.819</u>

	<u>2023 realizadas</u>
Custo do serviço	19
Ganho decorrente de liquidação antecipada do plano	(266)
Juros sobre obrigações atuariais	14.898
Rendimento esperado dos ativos do plano	(12.213)
Total da despesa	<u>2.438</u>

* No consolidado, na rubrica de Despesas (receitas) em 2024, R\$ 10.993 refere-se à perda decorrente do processo de conversão de renda atuarial vitalícia para renda financeira. Essa perda ocorre principalmente em função da diferença de metodologia de cálculo do passivo atuarial para fins de IFRS e para fins de Previc (esse último utilizado para cálculos de saldamento e liquidações antecipadas de plano, a conversão é considerada uma liquidação antecipada). O percentual de adesão até 31 de dezembro de 2024 foi de aproximadamente 11%, percentual esse utilizado para fins de cálculo dos impactos da conversão, sendo a data final da adesão 31 de janeiro de 2025.

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	11,82% a.a.	9,71% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	11,82% a.a.	9,71% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	4,49% a.a. (*)	4,45% a.a. (*)
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	3,89% a.a.	3,85% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para taxas nominais acima)	3,89% a.a.	3,85% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 (-10) Mercer Disability, suavizada 50%	AT-2000 (-10) Mercer Disab. (-50)
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Masculina	
Taxa de rotatividade esperada	ExpR_2013 a 2021	ExpR_2013 a 2021
Probabilidade de ingresso na aposentadoria	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres

18.6 Ativos do plano

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, administrados pela Vivest e Fundação Família Previdência. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2025, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2024.

A composição dos ativos administrados pelos planos é como segue:

	Ativos administrados pela VIVEST	
	2024	2023
Renda fixa	86%	85%
Títulos públicos federais	34%	35%
Títulos privados (instituições financeiras)	0%	0%
Títulos privados (instituições não financeiras)	1%	1%
Fundos de investimento multimercado	0%	0%
Outros investimentos de renda fixa	51%	49%
Renda variável	8%	8%
Fundos de investimento em ações	8%	8%
Investimentos estruturados	2%	2%
Fundos imobiliários	1%	0%
Fundos de investimento multimercado	1%	2%
Cotados em mercado fixo	96%	95%
Imóveis	1%	1%
Operações com participantes	1%	1%
Outros ativos	1%	3%
Depósitos judiciais e outros	1%	3%
Não cotados em mercado ativo	4%	5%

Não há propriedades ocupadas pela Companhia e suas controladas entre os ativos dos planos.

	Meta para 2025
Renda fixa	88,5%
Renda variável	0,0%
Imóveis	1,1%
Empréstimos e financiamentos	1,3%
Investimentos estruturados	8,8%
Investimentos no exterior	0,4%
Total da despesa (receita)	100,0%

A meta de alocação para 2025 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Vivest e Fundação Família Previdência, efetuada ao final de 2024 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2025, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para as fundações atingirem os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de *Asset Liability Management* ("ALM") (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) dos planos previdenciários administrados pelas Fundações.

O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos, que compreende as participações alvo nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de combinações eficientes de ativos, considerando a existência de passivos e as necessidades de retorno, de imunização e de liquidez de cada plano, considerando projeções de risco e retorno. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos dos planos, o que também serve como mecanismo de controle de risco.

O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial dos planos e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos.

Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos dos planos previdenciários para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na análise da liquidez deles, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais dos planos de benefícios.

18.7 Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33 / IAS 19.

Abaixo temos demonstrados os efeitos no valor presente das obrigações atuariais caso a taxa de desconto fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta) e caso a tábua de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano:

	<u>Aumento (redução)</u>	<u>CPFL Renováveis</u>
Taxa de desconto nominal*	- 0,25 p.p.	2.207
	+ 0,25 p.p.	(2.130)
Tábua de biométrica de mortalidade**	+ 1 ano	(2.525)
	- 1 ano	2.479

* A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 11,82%. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 11,57% a.a. e 12,07% a.a.

** A premissa utilizada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT-2000 (-10) para os planos da VIVEST, BREMS sb v.2015 suav. 10% MF (RGE Plano I) e AT 2000 MF (RGE Plano II), BREMS sb v.2015 (CEEEPREV) e AT-2000 MF (Plano Único), referente aos planos da Fundação Família Previdência. As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

*** Sem incluir as estimativas para o plano CTP.

18.8 Risco de investimento

Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos. No primeiro trimestre, houve a aprovação pelo órgão fiscalizador, a Previc, da troca do indexador que reajusta os benefícios dos planos de IGP-DI para IPCA, o que possibilita melhores condições para o equilíbrio entre ativo (investimentos) e passivo (pagamento de benefícios).

Na VIVEST os planos de benefícios da Companhia têm sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, bem como pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo, além dos órgãos de fiscalização como Conselho Fiscal e auditorias interna e externas. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação das políticas de investimentos, do plano de aplicação do patrimônio dos planos e da gestão previdenciária dos planos. Os resultados dos investimentos são acompanhados pela Diretoria de Investimentos e Patrimônio e apresentados periodicamente ao Comitê de Investimentos, ao Comitê Gestor e ao Conselho Deliberativo.

Na Família Previdência, os planos de benefícios da Companhia têm sua gestão monitorada pela Gerência de Investimentos, Comitê Consultivo de Investimentos, Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, além dos órgãos

de fiscalização como Conselho Fiscal e auditorias externas e internas. Dentre as tarefas do Comitê Consultivo de Investimentos, está a análise, manutenção, reprovação e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Fundação Família Previdência, o que ocorre ao menos mensalmente. A Fundação Família Previdência realizou os seguintes movimentos ao longo do ano de 2024: a) aquisição de títulos públicos na curva; e b) redução na exposição do Segmento de Renda Variável. Na VIVEST, o “Apetite” aos riscos de investimentos está formalizado na Política de Gestão de Riscos Corporativos, aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade, sendo que referido “Apetite” aos riscos de investimentos é desdobrado para as áreas de investimentos na forma de “tolerâncias” a riscos de investimentos, que são limites de riscos aprovados pela Diretoria Executiva e controlados pela Gerência Executiva GRC, área que responde diretamente ao Diretor Presidente da Vivest.

A VIVEST e a Fundação Família Previdência utilizam, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: Valor em Risco (“VaR”), *Tracking Risk*, *Tracking Error* e Teste de Perda em Cenário de Estresse (“*Stress Test*”).

A Fundação Família Previdência utiliza ainda, o Sharpe, Sharpe Generalizado e *Drawn Down*. Adicionalmente, para avaliar a exposição ao risco de mercado dos portfólios dos planos.

As Políticas de Investimentos das fundações determinam restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelecem a estratégia dos planos, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente. Não há propriedades ocupadas pela Companhia e suas controladas entre os ativos dos planos.

(19) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Circulante				
IRPJ	96.491	135.339	116.054	159.989
CSLL	30.877	41.651	40.418	52.752
Imposto de renda e contribuição social a recolher	127.368	176.990	156.472	212.741
ICMS	-	-	-	2.390
PIS	2.842	3.294	4.622	4.508
COFINS	13.057	15.201	21.287	20.907
Outros	12.739	8.823	15.744	12.222
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	28.638	27.318	41.653	40.027
Total circulante	156.006	204.308	198.125	252.768
Não Circulante				
IRPJ	10.950	4.864	10.949	4.864
CSLL	1.190	882	1.201	893
Imposto de renda e contribuição social a recolher	12.140	5.746	12.150	5.757
ICMS a pagar	123	-	989	949
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	123	-	989	949
Total não circulante	12.262	5.746	13.139	6.706

A Companhia possui alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujos efeitos de potenciais contingências estão divulgados na nota 20.1.

(20) PROVISÕES

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	10.048	8.575	51.494	117.497
Provisão socioambiental e desmobilização de ativos	54.225	52.314	164.477	170.761
Total	64.273	60.889	215.971	288.258
Circulante	-	-	12.699	6.106
Não Circulante	64.273	60.889	203.272	282.152

20.1 Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais

	Controladora				Consolidado			
	2024		2023		2024		2023	
	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões	Depósitos judiciais
Trabalhistas	6.937	742	7.068	667	8.246	1.027	8.388	977
Cíveis	121	-	107	-	36.767	3.523	105.022	3.758
Fiscais	2.990	2.211	1.400	2.062	6.481	14.806	4.087	13.469
Total	10.048	2.953	8.575	2.729	51.494	19.356	117.497	18.204

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas está demonstrada a seguir:

Controladora

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2023	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024
Trabalhistas	7.850	58	(376)	(867)	403	7.068	353	(524)	(257)	297	6.937
Cíveis	-	107	-	-	-	107	14	-	-	-	121
Fiscais	1.516	1.312	(1.520)	-	92	1.400	3.164	(1.455)	(245)	126	2.990
Total	9.366	1.477	(1.896)	(867)	495	8.575	3.531	(1.979)	(502)	423	10.048

Consolidado

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2023	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024
Trabalhistas	9.457	678	(835)	(1.486)	574	8.388	765	(944)	(408)	445	8.246
Cíveis	138.231	54.052	(33.471)	(55.603)	1.813	105.022	112.270	(76.191)	(112.410)	8.075	36.766
Fiscais	5.124	2.777	(1.548)	(2.470)	204	4.087	4.982	(2.021)	(922)	356	6.482
Total	152.812	57.507	(35.854)	(59.559)	2.591	117.497	118.017	(79.156)	(113.740)	8.876	51.494

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

Trabalhistas - As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários das prestadoras de serviços terceirizadas.

Cíveis - Referem-se, principalmente, a indenizações decorrentes de desapropriação de terras ou servidão de passagem, procedimentos arbitrais, e indenizações por perdas em razão de descumprimento de cláusulas contratuais e a pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.

Fiscais - Refere-se a processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrente da operação dos negócios das controladas, relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS, SAT e PIS e COFINS e Imposto Sobre Serviços ("ISS") e cobrança abusiva para emissão/renovação de alvará de funcionamento.

Perdas possíveis:

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 estavam assim representadas:

	Consolidado	
	2024	2023
Trabalhistas	6.690	4.151
Cíveis	565.768	444.956
Fiscais	1.135.858	1.049.451
Fiscais – Outros	1.252.295	1.457.143
Regulatório	4.922	8.462
Total	2.965.533	2.964.163

Além dos processos contemplados no quadro acima, o Companhia está inserido em discussões judiciais, classificadas com risco possível de perda, relacionadas a ação ordinária movida pela ABRAGEL (à qual as controladas da CPFL Renováveis são associadas), em face da União Federal, contra a revisão extraordinária de garantia física suspensa por força da portaria MME nº 267/2015 (nota 21) no valor de R\$ 193.505. Em caso de eventuais decisões desfavoráveis nestas ações, os impactos esperados para as controladas da Companhia se darão, nos cenários atuais, por meio de ajustes nos valores liquidados no âmbito da CCEE.

Trabalhistas - No tocante às contingências trabalhistas o Supremo Tribunal Federal reafirmou em dezembro a aplicação do IPCA-E para os débitos na fase pré-processual e a SELIC para após o ajuizamento das ações, mantendo modulação dos efeitos da decisão, conforme andamento processual, respaldando os pagamentos já realizados com a atualização pela TR. A Administração da Companhia esclarece que realiza a liquidação individualizada dos casos trabalhistas, nos termos das respectivas decisões e não identificou em análise preliminar alteração material. Assim, a Companhia permanece acompanhando a aplicação das decisões do STF aos seus casos até que sobrevenha solução legislativa para alteração da TR.

Cíveis - Referem-se, principalmente, a indenizações decorrentes de desapropriação de terras ou servidão de passagem, procedimentos arbitrais, e indenizações por perdas em razão de descumprimento de cláusulas contratuais.



Em 2014, as controladas CPFL Bio Pedra, CPFL Bio Buriti e CPFL Renováveis receberam requerimento de arbitragem do Grupo Pedra com pedido de indenização decorrente de alegado descumprimento de obrigações contrato de constituição de consórcio firmado entre as partes.

Em março de 2023, foi proferida sentença arbitral final desfavorável às controladas, que as condenou a pagar a indenização requerida pelo Grupo Pedra. Em junho de 2023, as controladas ajuizaram ação anulatória da sentença arbitral final para contestar o valor da indenização, fixado no montante de R\$ 456 milhões (atualizado até 05/23). Em novembro de 2023, foi proferida sentença que julgou procedente a ação para anular a sentença arbitral, em favor das controladas. O Grupo Pedra interpôs apelação.

Em setembro de 2024, as partes requereram a suspensão do processo em virtude das tratativas iniciadas pelas partes para encerrar o litígio, o que foi deferido pelo Poder Judiciário. A CPFL e o Grupo Pedra celebraram acordo pôr fim ao litígio, que prevê, dentre outras obrigações, o encerramento antecipado dos Consórcios Usina da Pedra.

Em novembro de 2024, a ANEEL autorizou a transferência das outorgas das usinas termelétricas Bio Pedra, Bio Buriti e Bio Ipê, detidas, respectivamente, pela CPFL Bio Pedra, CPFL Bio Buriti e CPFL Bio Ipê para o Grupo Pedra. Em dezembro de 2024 todas as condições precedentes foram atendidas. Fez parte do acordo, além da finalização da discussão judicial: (i) transferência dos ativos fixos dessas usinas para o Grupo Pedra em R\$136.082; (ii) pagamento em caixa no valor de R\$139.638; (iii) finalização de todos os contratos envolvendo o grupo CPFL (CPFL Bio Buriti, CPFL Bio Pedra, CPFL Bio Ipê e CPFL Brasil). Ainda por conta desse acordo, houve reversão da provisão na controlada CPFL Bio Buriti no montante de R\$75.049. Diante disso, o acordo foi homologado pelo Poder Judiciário em janeiro de 2025 para extinguir a ação anulatória e encerrar o litígio entre as partes.

Fiscais e Fiscais Outros - Refere-se a cobrança de tributos, tais como:

Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (IRPJ e CSLL): Em 2020, a companhia recebeu um auto de infração no montante atualizado de R\$ 373.211 relativo à cobrança de IRPJ e CSLL dos anos-bases 2007 a 2010. As exigências fiscais em questão dizem respeito a (i) amortização do ágio pago na aquisição da SEMESA; (ii) amortização do ágio de Campos Novos e Barra Grande, na determinação da base de cálculo da CSLL, antes da incorporação dessas empresas; e (iii) compensação indevida dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL, em virtude de sua utilização em autuações anteriores. A partir de setembro de 2020, em decorrência da incorporação parcial de ativos, os processos da Companhia foram migrados para a CPFL Renováveis.

Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF): Em agosto de 2016 a controlada CPFL Renováveis recebeu auto de infração referente à cobrança de IRRF sobre remuneração do ganho de capital incorrido aos residentes e/ou domiciliados no exterior, decorrente da transação de venda da Jantus SL, ocorrida em dezembro de 2011, o qual a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou o prognóstico de risco de perda do processo como possível. Em junho de 2023, houve decisão parcialmente favorável, culminando na redução de 53% do auto de infração, que representa o montante atualizado de R\$ 206.449

Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (IRPJ e CSLL): Em 2016 a controlada CPFL Geração recebeu um auto de infração no montante total atualizado de R\$ 470.355 relativo à cobrança de IRPJ e CSLL relativo ao ano-calendário 2011, apurado sobre suposto ganho de capital identificado na aquisição da ERSÁ Energias Renováveis S.A. e de apropriação de diferenças da reavaliação a valor justo da SMITA Empreendimentos e Participações S.A., empresa adquirida de forma reversa, o qual a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou o prognóstico de risco de perda do processo como possível. A partir de setembro de 2020, em decorrência da integração da CPFL Renováveis, os processos migraram para a CPFL Renováveis.

Programa de Integração Social e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (PIS/COFINS). Refere-se, principalmente, a cobrança da diferença dos valores recolhidos a título de PIS e COFINS, do período de abril de 2007 a dezembro de 2010, no montante atualizado de R\$ 452.269, na qual, a companhia recolheu os tributos nos termos instituídos pela Lei n.º 9.718/98 (regime cumulativo) e no entender da fiscalização deveria ter recolhido as aludidas contribuições nos termos instituídos pelas Leis n.º 10.833 e 10.637, em virtude das alterações trazidas pela Instrução Normativa nº 468/2004. A partir de setembro de 2020,

em decorrência da incorporação parcial de ativos, os processos da Companhia foram migrados para a CPFL Renováveis.

20.2 Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos

Referem-se principalmente a provisões relacionadas a licenças socioambientais decorrentes de eventos já ocorridos e obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

As provisões de desmobilização são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Enquanto as provisões socioambientais são estimativas atreladas as obrigações legais, com o intuito de mitigar, minimizar e/ou compensar o impacto ocorrido ao meio ambiente no entorno da região onde foi construído o empreendimento.

Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi 10,54% (9,53% em 31 de dezembro de 2023) para as provisões de desmobilização e 10,62% (9,32% em 31 de dezembro de 2023) para as provisões socioambientais, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações.

A movimentação das provisões de desmobilização de ativos e custos socioambientais está demonstrada a seguir:

Controladora					
	Saldo em 31/12/2023	Pagamentos	Efeitos da revisão da taxa de juros	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/12/2024
Desmobilização de ativos	52.314	-	(3.076)	4.988	54.226
Total não circulante	52.314	-	(3.076)	4.988	54.226

Controladora					
	Saldo em 31/12/2022	Pagamentos	Efeitos da revisão da taxa de juros	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/12/2023
Desmobilização de ativos	44.741	-	3.121	4.451	52.313
Total não circulante	44.741	-	3.121	4.451	52.313

Consolidado					
	Saldo em 31/12/2023	Pagamentos	Efeitos da revisão da taxa de juros	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/12/2024
Desmobilização de ativos	155.393	-	(20.047)	14.815	150.161
Custos socioambientais	15.368	(6.397)	4.402	940	14.313
Total não circulante	170.761	(6.397)	(15.645)	15.755	164.474

Consolidado					
	Saldo em 31/12/2022	Pagamentos	Efeitos da revisão da taxa de juros	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/12/2023
Desmobilização de ativos	126.222	-	16.610	12.561	155.393
Custos socioambientais	18.078	(1.128)	(1.666)	84	15.368
Total não circulante	144.300	(1.128)	14.944	12.645	170.761

(21) RESSARCIMENTOS

Os saldos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 referem-se ao ressarcimento, como demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Eólicas	198.620	102.096	846.224	691.955
Biomassa	-	-	655	355
Total	198.620	102.096	847.679	692.310
Circulante	198.620	102.096	696.866	549.493
Não Circulante	-	-	150.013	142.817

Em junho de 2015, a Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa-ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando o mecanismo de revisão de garantia física previsto na Portaria MME nº 463/2009, tendo obtido, em 23 de junho de 2015, decisão liminar operacionalizada por meio da Portaria SPE/MME nº 267/2015 restabelecendo o montante original das garantias físicas de diversas PCHs e CGHs da Companhia. A Administração vinha registrando substancialmente o passivo correspondente a esta redução de garantia física na rubrica de “Ressarcimentos”.

Adicionalmente, conforme Portaria MME nº 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física até que seja proposta uma nova metodologia que atenda as usinas hidrelétricas não despachadas centralizadamente.

Em março de 2024, com a publicação da REN nº 1.085/2024, foi instituído o Sistema de Medição de Indisponibilidade (“SMI”). Esse sistema medirá a vazão vertida, permitindo diferenciar quando a usina não gera por falta de água (risco hidrológico) ou por falha de equipamento, principal discordância dos agentes e motivação central do processo judicial da ABRAGEL representando suas associadas.

Essa regulamentação e a instalação do SMI atenderá às demandas do setor, corrigindo a lacuna regulatória e possibilitará a proposição de metodologia de revisões de garantia físicas mais justas para PCHs e CGHs.

Considerando que os dados do SMI serão utilizados, no melhor cenário, a partir de março/2025 e continua vigente a Portaria MME nº 376/2015, que suspendeu a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física até que seja proposta uma nova metodologia que atenda as usinas hidrelétricas não despachadas centralizadamente, a Companhia entende que favorece a discussão técnica o que justifica a baixa executada em 2024 dos saldos provisionados referentes à essa discussão no montante de R\$ 126.821.

(22) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Consumidores e concessionárias	1.657	2.427	2.544	8.152
Pesquisa e desenvolvimento (“P&D”)	247	204	247	204
EPE / FNDCT (*)	7	10	7	10
Folha de pagamento	3.009	2.841	3.009	2.841
Participação nos lucros	19.437	19.485	19.437	19.485
Adiantamentos e outros	6.998	6.868	37.364	115.718
Total	31.355	31.835	62.608	146.410
Circulante	28.234	28.584	57.833	141.500
Não Circulante	3.121	3.251	4.775	4.910

(*) Empresa de Pesquisa Energética (“EPE”), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (“FNDCT”).

Participação nos lucros: Refere-se principalmente a:

- (i) Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho, a Companhia implantou programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos;



(ii) Programa de Incentivo a Longo Prazo: refere-se ao Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração, que consiste em um incentivo em recursos financeiros baseado em múltiplos salariais e que tem como orientadores os resultados da empresa e a performance média da Companhia nos três exercícios sociais seguintes a cada concessão.

(23) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 está assim distribuída:

	Quantidade de ações			
	2024		2023	
	Ordinárias	Participação	Ordinárias	Participação
CPFL Geração de Energia S.A.	301.937.338	50,85%	301.937.338	50,85%
CPFL Energia S.A.	291.845.166	49,15%	291.845.166	49,15%
Total	593.782.504	100,00%	593.782.504	100,00%

Gestão do capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores, do mercado e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e bem como a estratégia de subida de dividendos das controladas para Companhia, e da Companhia para os controladores.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2024, a estrutura de capital e a alavancagem consolidada da CPFL Energia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida do Grupo alcançou 2,07 vezes o EBITDA em 2024 (1,87 vezes em 2023), no critério de medição dos covenants financeiros do Grupo, ligeiramente maior do que no ano anterior. A política do grupo é manter este índice igual ou abaixo de 3,75, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição. Historicamente, o Companhia não vem adquirindo suas próprias ações no mercado.

23.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 2.632.292, o saldo é representado por 593.782.504 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

23.2 Reserva de capital

Refere-se basicamente ao registro de operações de combinação de negócios e oferta pública de ações de 2011 a 2014, R\$ 590.189 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 589.355 em 31 de dezembro de 2023).

De acordo com o ICPC 09 (R2) e IFRS 10 / CPC 36, estes efeitos foram reconhecidos como transações entre acionistas e contabilizados diretamente no Patrimônio Líquido.

23.3 Reserva de lucros

O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 1.515.743 (R\$ 1.354.314 em 31 de dezembro de 2023), que compreende: i) Reserva Legal de R\$ 200.331 (R\$ 200.331 em 31 de dezembro de 2023); ii) Reserva de Incentivos Fiscais de R\$ 116.120 (R\$ 116.120 em 31 de dezembro de 2023), iii) Reforço de Capital de Giro constituída através do cancelamento de dividendos de 2023 no montante de R\$ 300.000; e iv) Dividendos adicionais propostos de R\$ 899.292 (R\$ 1.037.863 em 31 de dezembro de 2023), constituído a partir da destinação dos resultados apurados para o ano de 2024 da Companhia.

23.4 Resultado abrangente acumulado

O resultado abrangente acumulado é composto por:

- (i) Custo atribuído: determinados empreendimentos foram avaliados pelo custo atribuído (“*deemed cost*”) à época da adoção inicial do IFRS. O saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 246.504 (R\$ 255.297 em 31 de dezembro de 2023);
- (ii) Entidade de previdência privada: O saldo devedor em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 41.785 (R\$ 45.251 em 31 de dezembro de 2023).

23.5 Dividendo e destinação do lucro líquido do exercício

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2024 foi aprovada a declaração de dividendos adicionais de R\$ 1.037.863 referente ao exercício de 2023, totalmente pagos no durante o exercício de 2024.

A Companhia está propondo para o exercício de 2024, o montante de R\$ 295.749 de dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 899.292 de dividendos adicionais.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2024 está demonstrada a seguir:

	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício	1.182.988
(+) Realização de ajuste de avaliação patrimonial	12.053
Lucro base para destinação	1.195.041
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	(295.749)
Dividendos adicionais propostos	(899.292)

(24) LUCRO POR AÇÃO

Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi baseado no lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Numerador		
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	1.182.988	1.360.024
Denominador		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	593.782.504	593.782.504
Lucro por ação	<u>1,99</u>	<u>2,28</u>

(25) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita de operações com energia elétrica				
Fonte de Energia				
Hidrelétrica	1.135.103	1.258.768	1.135.103	1.258.768
Biomassa	-	-	330.457	344.645
Eólica	626.268	639.494	1.615.288	1.656.331
Pequenas centrais hidrelétricas	11.439	11.978	807.639	637.944
Solar	-	-	804	446
Suprimento de energia elétrica	1.772.810	1.910.240	3.889.290	3.898.134
Outras receitas e rendas	1.985	820	3.140	3.597
Outras receitas operacionais	1.985	820	3.140	3.597
Total da receita operacional bruta	1.774.795	1.911.060	3.892.430	3.901.731
Deduções da receita operacional				
ICMS	(204)	-	(910)	(727)
PIS	(29.284)	(31.534)	(44.798)	(44.773)
COFINS	(133.425)	(145.038)	(204.966)	(206.210)
Reserva global de reversão ("RGR")	-	-	232	(49)
Programa de P&D e eficiência energética	(105)	(102)	(105)	(102)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(218)	(282)	(1.674)	(1.634)
Taxa de fiscalização	(1.328)	(1.393)	(8.766)	(8.636)
	(164.564)	(178.349)	(260.987)	(262.131)
Receita operacional líquida	1.610.231	1.732.711	3.631.444	3.639.600

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita de operações com energia elétrica (em GWh)				
Fonte de Energia				
Hidrelétrica	2.529	3.548	2.529	3.548
Biomassa	-	-	806	1.224
Eólica	715	1.237	3.257	4.771
Pequenas centrais hidrelétricas	34	46	1.853	2.348
Solar	-	-	2	2
Suprimento de energia elétrica	3.278	4.831	8.447	11.893

(26) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Custos com energia elétrica				
Energia comprada para revenda	(171.206)	(114.904)	(320.459)	(231.882)
Crédito de PIS e COFINS	15.837	10.629	19.743	9.912
	(155.369)	(104.275)	(300.716)	(221.970)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(41.283)	(40.795)	(147.994)	(152.030)
Crédito de PIS e COFINS	3.819	3.774	4.044	3.776
	(37.463)	(37.021)	(143.950)	(148.254)
Total dos custos com energia elétrica	(192.833)	(141.297)	(444.666)	(370.224)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Energia comprada para revenda (em GWh)	864	1.333	1.363	2.444
Total dos custos com energia elétrica	864	1.333	1.363	2.444

(27) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora									
	Despesas Operacionais									
	Custo com operação		Vendas		Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Pessoal	(19.403)	(24.569)	-	-	(59.563)	(4.682)	-	-	(78.966)	(29.293)
Entidade de previdência privada	(1.819)	(1.671)	-	-	-	-	-	-	(1.819)	(1.671)
Material	(14.215)	(13.636)	-	-	(1.944)	(2.865)	-	-	(16.159)	(16.501)
Serviços de terceiros	(21.988)	(21.018)	-	-	(23.856)	(25.727)	-	-	(45.844)	(46.745)
Outros	(8.086)	(3.254)	-	(45)	(8.444)	(6.177)	(2.745)	6.600	(19.275)	(2.834)
Taxa de arrecadação	-	-	-	(3)	-	-	-	-	-	(3)
Arrendamentos e aluguéis	(3.758)	(1.279)	-	-	-	1.986	-	-	(3.758)	707
Publicidade e propaganda	(12)	-	-	-	(2.572)	(3.040)	-	-	(2.584)	(3.040)
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	(3.344)	(2.848)	-	-	(3.344)	(2.848)
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganho (perda) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	(2.609)	6.770	(2.609)	6.769
Outros	(4.316)	(1.975)	-	(42)	(2.528)	(2.275)	(136)	(170)	(6.980)	(4.420)
Total	(65.511)	(64.148)	-	(45)	(93.807)	(39.451)	(2.745)	6.600	(162.063)	(97.044)

	Consolidado									
	Despesas Operacionais									
	Custo com operação		Vendas		Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Pessoal	(63.996)	(65.401)	-	-	(76.247)	(72.605)	-	-	(140.243)	(138.049)
Entidade de previdência privada	(1.819)	(2.438)	-	-	-	-	-	-	(1.819)	(2.438)
Material	(31.684)	(39.583)	-	-	(4.416)	(4.508)	-	-	(36.100)	(44.091)
Serviços de terceiros	(182.295)	(170.052)	-	-	(94.447)	(91.645)	-	-	(276.742)	(261.697)
Outros	(66.107)	(57.373)	-	(46)	(63.627)	(52.634)	(139.030)	31.330	(268.764)	(78.680)
Taxa de arrecadação	-	-	-	(3)	-	-	-	-	-	(3)
Arrendamentos e aluguéis	(31.189)	(29.340)	-	-	-	(1.080)	-	-	(31.189)	(30.420)
Publicidade e propaganda	(12)	(2)	-	-	(2.631)	(3.066)	-	-	(2.643)	(3.068)
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	(51.112)	(43.614)	-	-	(51.112)	(43.614)
Ganho (perda) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	(138.343)	31.875	(138.343)	31.875
Amortização de prêmio pago (GSF)	(7.791)	(6.779)	-	-	-	-	-	-	(7.791)	(6.779)
Outros	(27.115)	(21.252)	-	(43)	(9.884)	(4.874)	(687)	(545)	(37.686)	(26.671)
Total	(345.901)	(334.847)	-	(46)	(238.737)	221.392)	(139.030)	31.330	(723.668)	(524.955)



(28) RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	11.848	40.379	78.469	127.539
Atualizações monetárias, cambial, juros e multas	37.945	10.119	72.641	5.768
PIS e COFINS sobre outras receitas financeiras	(2.322)	(2.266)	(3.783)	(2.813)
Outros	140	93	17.343	14.091
	47.611	48.325	164.670	144.585
Despesas				
Encargos de dívidas	(59.097)	(41.849)	(78.281)	(61.446)
Atualizações monetárias e cambiais	(14.982)	(49.471)	(13.883)	(48.610)
Juros sobre contratos de mútuo	(264.571)	(343.299)	(266.233)	(338.699)
Atualização de débitos fiscais	(1.009)	(490)	(2.375)	(1.123)
Ajuste a valor presente	(4.988)	(4.451)	(15.756)	(13.733)
Comissões, encargos e tarifas bancárias	(1.778)	(1.857)	(5.767)	(5.928)
Outros	(10.775)	(43.008)	(29.843)	(108.343)
	(357.200)	(484.425)	(412.138)	(577.882)
Resultado financeiro	(309.589)	(436.100)	(247.468)	(433.297)

(29) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui como controlador direto a CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração") com 50,85% das ações e como controlador indireto a CPFL Energia com 49,15% das ações, que detém 100% do capital social da CPFL Geração, e possui as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A. ("SGBP")

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

As participações diretas e indiretas em controladas operacionais estão descritas na nota 1.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia e de suas controladas.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- Alocação de despesas** – Refere-se a (i) rateios de despesas de mão-de-obra e fiança bancária, incluindo despesas financeiras de 2,7% sobre o saldo devedor de dois instrumentos de debêntures da Companhia com sua controladora CPFL Energia; e (ii) rateio de despesas entre as controladas da Companhia.
- Mútuos** – Referem-se a (i) mútuos entre a CPFL Renováveis e suas controladas, com vencimento até agosto de 2038, para fazer frente às necessidades de caixa, cujos contratos são remunerados a 97,7% do CDI; e (ii) O saldo de mútuo passivo no consolidado, no montante de R\$ 2.104.917, refere-se substancialmente ao mútuo entre a CPFL Renováveis e a controladora SGBP, com vencimento até junho de 2024 e remunerado a CDI + 1,1%.



Ativo	Controladora			
	2024	2023		
Mútuo com controladas e coligadas				
SPE Bio Alvorada	19.945	22.489		
Total não circulante	19.945	22.489		
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Passivo				
Mútuo com controladas e coligadas				
State Grid Power Participações	2.104.917	2.639.042	2.104.917	2.639.042
Companhia Hidroelétrica Figueirópolis	-	1.345	-	-
SPE Alto Irani	-	1.249	-	-
SPE Plano Alto Energia	-	3.512	-	-
CPFL Comercial Brasil	-	-	-	53.096
CPFL Geração	-	-	7.563	8.178
CPFL Energia S.A	-	-	115.809	-
Total	2.104.917	2.645.148	2.228.289	2.700.316
Total circulante	-	2.645.148	123.372	2.700.316
Total não circulante	2.104.917	-	2.104.917	-

- c) Compra e venda de energia e encargos** - Refere-se basicamente à compra e venda de energia, através de contratos de curto ou longo prazo. Estas transações, quando realizadas no mercado regulado, tem seus preços definidos através de mecanismos estabelecidos pelo Poder Concedente.
- d) Adiantamentos** - Referem-se, substancialmente, aos adiantamentos de clientes relativos ao recebimento antecipado, sem que tenha ocorrido ainda o fornecimento de energia ou serviço, referente a contratos de Proinfra, comercialização de energia no ambiente regulado e contratos de energia de reserva.
- e) Imobilizado, materiais e prestação de serviços** - Referem-se principalmente a serviços prestados de assessoria e gestão de usinas, consultoria e engenharia.

A Companhia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo da Companhia, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2024, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05 (R1) foi de R\$ 5.753 (R\$ 4.993 em 2023), referente a benefícios de curto prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos pelas controladas da Companhia e pagos a subsidiárias diretas ou indiretas da State Grid Corporation of China.



Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto são como segue:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/ Custo	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Alocação de despesas entre empresas								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	3.825	3.456	1.230	850	-	-	32.655	35.420
Adiantamentos								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	14.496	60.565	-	-	-	-
Compra e venda de energia e encargos								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	76.396	81.325	-	-	1.036.640	966.130	-	-
Entidades sob o controle comum	-	-	-	-	-	-	11.092	11.355
Imobilizado, materiais e prestação de serviços								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	39.435	1.120	3.006	3.005	-	-	27.196	20.544
Arrendamento e aluguel								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	-	-	-	-	-	-
Contrato de mútuo								
State Grid Brazil	-	-	2.104.917	2.639.042	-	-	-	-
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	123.372	61.274	-	-	2.125	5.502
Outras operações								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	-	-	(3)	(46)	-	-

(30) SEGUROS

As controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. No consolidado as principais coberturas de seguros são:

<u>Descrição</u>	<u>Ramos da apólice*</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Ativo Fixo	Riscos operacionais, lucros cessantes, riscos nomeados, riscos de engenharia e multirrisco	1.676.000	1.659.000
Transporte	Transporte nacional	84.422	84.422
Responsabilidade civil	Distribuidoras de energia elétrica	150.736	155.674
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	175.831	169.199
Garantia	Seguro garantia	962.653	898.883
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	150.000	150.000
Total		3.199.642	3.117.178

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre as empresas da Companhia. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio

(31) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem, principalmente geração de energia elétrica de fontes renováveis. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades de algumas controladas são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco

Na Companhia, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal, Comitês de Assessoramento do Conselho da Administração da CPFL Energia, Diretoria Executiva da CPFL Renováveis, Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e Data Protect Officer (DPO), bem como áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia:

- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia;
- Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno do Conselho de Administração;
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos;
- Deliberar sobre as propostas de alteração no Mapa Corporativo de Riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia;
- Deliberar sobre as propostas de indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem dos limites de risco propostos; e
- Tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva da CPFL Renováveis para saná-los.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração:

- Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno dos Comitês de Assessoramento;
- Acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites de risco aprovados;
- Orientar os trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento e;
- Tomar conhecimento: (i) dos modelos de monitoramento dos riscos; (ii) das exposições aos riscos; e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo à gestão de riscos.

À Diretoria Executiva cabe:

- Recomendar indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Observar os limites de riscos definidos, devendo tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação;
- Recomendar alterações no Mapa Corporativo de Riscos ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia da Política de Gestão de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (compliance) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação;
- Submeter ao Conselho de Administração da CPFL Energia assuntos que julgar pertinentes para o efetivo monitoramento dos riscos corporativos.



A Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO é responsável por:

- Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos;
- Identificar e documentar os riscos aos quais as empresas do Grupo CPFL estão expostas;
- Desenvolver, em conjunto com os gestores dos negócios, modelos e/ou indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação e propostas de limite;
- Monitorar periodicamente as exposições aos riscos e acompanhar a implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios;
- Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa pela ultrapassagem de limite para a Diretoria Executiva da CPFL Energia;
- Acompanhar e reportar status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados; e
- Avaliar o ambiente de controles internos das empresas do Grupo CPFL e interagir com os respectivos gestores dos negócios buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira ou reduzindo parcela de receita decorrente da correção anual de parte da tarifa baseada na variação do dólar. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de swap. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 32.

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 31.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade das controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. No segmento de geração existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de Contratos de Constituição de Garantias.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: Este risco está associado a venda de energia produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Em 2021 se observou uma sequência de hidrologia desfavorável, sendo a pior do histórico para o período de abril a setembro. O que acarretou uma série de ações mitigatórias, pelo governo, quanto ao risco de suprimento.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros



A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo *do Mark to Market, Stress Testing e Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia e suas controladas suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

(32) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Nota explicativa	Categoria mensuração	Nível (*)	Controladora 2024		Consolidado 2024	
				Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	132.907	132.907	227.864	227.864
Títulos e valores mobiliários	6	(a)	Nível 1	14.949	14.949	343.417	343.417
Derivativos		(a)	Nível 2	18.386	18.386	18.386	18.386
Total				166.242	166.242	589.667	589.667
Passivo							
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (***)	16	(b)	Nível 2	386.224	386.224	645.706	648.521
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	16	(a)	Nível 2	57.833	57.833	57.833	57.833
Debêntures - principal e encargos (***)	17	(b)	Nível 2	191.143	191.143	191.143	191.143
Debêntures - principal e encargos (**)	17	(a)	Nível 2	125.520	125.520	125.520	125.520
Derivativos		(a)	Nível 2	7.695	7.695	7.695	7.695
Total				768.415	768.415	1.027.898	1.030.712

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, o consolidado apresentou uma perda de R\$ 2.874 em 31 de dezembro de 2024 (perda de R\$ 15.403 em 31 de dezembro de 2023).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1) / IFRS 7.

Categoria/ Mensuração:

- (a) Valor justo contra o resultado
- (b) Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.



Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) mútuos entre coligadas, controladas e controladora, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) arrendamentos e, (v) serviços prestados a terceiros.
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) mútuo entre coligadas, controladas e controladora, (iii) consumidores e concessionárias a pagar e (iv) contas a pagar de aquisição de negócios.

Adicionalmente, não houve em 2024 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moody's ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e exercício de 2023 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

A Companhia tem como política fornecer garantias financeiras para obrigações das suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia havia emitido garantias para certas instituições financeiras em relação às linhas de crédito concedidas às suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, conforme apresentado na nota 16 e 17.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 16 e 17). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.



Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia detinha as seguintes operações de swap, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)		Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos (1)	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional
	Ativo	Passivo							
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
<u>Hedge variação cambial</u>									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	18.386	-	18.386	16.806	1.581	US\$ +2,07%	CDI + 0,8%	45.689	40.000
Total	18.386	-	18.386	16.806	1.581				
<u>Hedge variação índice de preços</u>									
Debêntures	-	(7.695)	(7.695)	2.126	(9.820)	IPCA+5,81%	CDI+0,30%	11.383	132.000
Total	-	(7.695)	(7.695)	2.126	(9.820)				
Total	18.386	(7.695)	10.691	18.931	(8.240)				

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 15.

- (1) Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e é reduzido de acordo com a respectiva amortização.



A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2023	Atualização monetária, cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2024
Valores a custo, líquidos				
Para dívidas designadas a valor justo	(9.352)	10.542	17.742	18.931
Marcação a mercado (*)	(4.467)	(3.773)	-	(8.240)
Total	(13.819)	6.769	17.742	10.691

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2022	Atualização monetária, cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2023
Valores a custo, líquidos				
Para dívidas designadas a valor justo	25.202	(69.892)	35.338	(9.352)
Marcação a mercado (*)	(19.249)	14.781	-	(4.467)
Total	5.953	(55.111)	35.338	(13.819)

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2024 referentes aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são: (i) perda de R\$ 3.773 (ganho de R\$ 15.263 em 31 de dezembro de 2023), para as dívidas designadas a valor justo.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado dívidas para as quais possuem instrumentos derivativos totalmente atrelados (nota 15).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado, registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente consolidado na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Empresa	Risco protegido - operação	Ganho (perda) no resultado	
		2024	2023
CPFL Energias Renováveis	Varição cambial	10.542	(70.374)
CPFL Energias Renováveis	Marcação a mercado	(3.773)	15.263
Total		6.769	(55.110)

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

d) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma a Companhia e suas controladas estão quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, CDI, IGP-M, IPCA e TJLP), conforme demonstrado abaixo.

d.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2024 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Consolidado		
			Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25% (c)	Apreciação cambial de 50% (c)
Instrumentos financeiros passivos	(57.833)		(5.368)	10.432	26.233
Derivativos – <i>swap plain vanilla</i>	57.872		5.371	(10.440)	(26.251)
Total	39	Baixa dólar	3	(8)	(18)
Efeitos no resultado do exercício	39		3	(8)	(18)

- (a) A taxa de câmbio considerada em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 6,19 para o dólar, R\$ 6,43 para o euro e R\$ 0,03 para o iene.
- (b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão, sendo a taxa de câmbio considerada de R\$ 6,77, R\$ 7,15 e R\$ 0,04 e a depreciação cambial de 9,28% e 11,20% e 13,68%, do dólar, do euro e do iene respectivamente em 31 de dezembro de 2024.
- (c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e dos demais instrumentos serem um ativo, o risco é baixa do dólar, portanto, o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

d.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2024 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa no exercício	Taxa cenário provável (a)	Consolidado		
					Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/ Redução de índice em 25% (b)	Elevação/ Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	591.156				91.097	113.871	136.646
Instrumentos financeiros passivos	(2.419.431)				(372.834)	(466.043)	(559.251)
Derivativos – <i>swap plain vanilla</i>	(179.465)				(27.656)	(34.569)	(41.483)
	(2.007.740)	alta CDI	12,15%	15,41%	(309.393)	(386.741)	(464.088)
Instrumentos financeiros passivos	(288.399)				(22.985)	(28.732)	(34.478)
	(288.399)	alta TJLP	7,43%	7,97%	(22.985)	(28.732)	(34.478)
Instrumentos financeiros passivos	(485.644)				(40.940)	(51.175)	(61.410)
Derivativos – <i>swap plain vanilla</i>	132.284				11.152	13.939	16.727
	(353.359)	alta IPCA	4,83%	8,43%	(29.788)	(37.236)	(44.683)
Total	(2.649.498)				(362.166)	(452.709)	(543.249)
Efeitos no resultado do exercício					(362.166)	(452.709)	(543.249)



- (a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.
- (b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

e) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber de clientes

O histórico de perdas na Companhia e suas controladas em decorrência de não recebimento de saldos de venda de energia é irrelevante. A Companhia e suas controladas não estão expostas a um elevado risco de crédito, sendo que eventuais inadimplências são mitigadas por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Adicionalmente, os saldos a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, monitora a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pela ANEEL, o que reduz o risco de crédito nas transações realizadas.

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência.

f) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2024, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2024	Nota explicativa	Consolidado						Total
		Menos de 1 mês	1 - 3 meses	3 meses a 1 ano	1 - 3 anos	4 – 5 anos	Mais de 5 anos	
Fornecedores	15	198.604	15.443	-	20.075	-	-	234.122
Empréstimos e financiamentos – principal encargos	16	7.736	127.612	49.691	142.414	106.320	269.767	703.540
Derivativos		-	-	7.695	-	-	-	7.695
Debêntures – principal e encargos	17	-	-	3.386	-	190.000	123.277	316.663
Taxas regulamentares		64.596	-	-	-	-	-	64.596
Outros	22	2.525	25	-	-	-	-	2.550
Consumidores e concessionárias		2.519	25	-	-	-	-	2.544
EPE / FNDCT		6	-	-	-	-	-	6
Total		273.461	143.080	60.772	162.489	296.320	393.044	1.329.166



Caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários

A Companhia limita a exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívidas que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e exercício de 2023 títulos que tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA- B- global, baseado nas principais agências de *rating* de crédito do mercado (nota 31). A Administração não identificou para o exercício findo em 31 de dezembro 2024 e exercício de 2023 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

A Companhia tem como política fornecer garantias financeiras para obrigações das suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia havia emitido garantias para certas instituições financeiras em relação às linhas de crédito concedidas às suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, conforme apresentado nas notas 15 e 16.

(33) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Dividendos e JCP a receber	(2.231)	-	-	-
Impostos a recuperar	11.494	-	-	-
Outros créditos	35.942	-	-	-
Baixa de investimentos em subsidiárias	(53.532)	-	-	-
Imobilizado líquido de depreciação	5.078	-	-	-
Fornecedores	(27)	-	-	-
Obrigações tributárias	(49)	-	-	-
Outros passivos	(2.625)	-	-	-
Transferência entre outros créditos e intangível	-	3.561	-	-
Transferência entre outros créditos e provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	72
Transferência entre outros créditos e fornecedores	-	-	12.939	-
Transferência entre dividendos a receber e outras contas a pagar	-	-	-	-
Transferência entre depósitos judiciais e contingências	-	-	-	3.732
Transferência entre investimentos e intangível	-	9.968	-	-
Transferência entre imobilizado e intangível	8.037	-	21.544	2.124
Transferência entre entidade previdência privada e outras obrigações	1.227	11.260	-	-
Transferência entre entidade de previdência privada e outros resultados abrangentes	-	3.612	-	3.612
Dividendos deliberados a receber de controladas	836.210	1.013.715	-	11.003
Dividendos propostos a pagar para acionistas não controladores	-	-	22.093	24.752
Dividendos propostos a pagar para controladores	1.033.609	934.896	1.033.609	934.896
Reversão dividendos deliberados para aumento de capital em controladas	-	578	-	620
Reversão dividendos deliberados para amortização de empréstimos	-	1.803	-	1.803
Provisão de custos socioambientais no imobilizado	3.076	3.121	15.644	15.186
Aumento de recebíveis com AFAC de controladas	303.500	-	-	-
Aumento de capital em controladas com AFAC de controlador	-	61.250	-	-



(34) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia e para projetos para construção de usinas, em 31 de dezembro de 2024, são como segue:

Obrigações contratuais	Duração	Menos de 1 ano	1 - 3 anos	4 - 5 Anos	Mais de 5 anos	Total
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	37 anos	155.839	355.364	378.143	7.252.526	8.141.872
Prêmio de risco – Repactuação do risco hidrológico	24 anos	13.430	26.942	21.990	143.949	206.311
Projetos de construção de usina	16 anos	30.117	22.465	22.465	56.162	131.208
Fornecedores de materiais e serviços	8 anos	84.291	225.685	141.449	108.649	560.074
Total		283.677	630.456	564.047	7.561.286	9.039.465

Os projetos para construção de usinas incluem compromissos firmados basicamente para disponibilizar recursos na construção relacionados.



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

KARIN REGINA LUCHESI
Presidente

FUTAO HUANG
Vice-presidente

YUNWEI LIU
EDUARDO DOS SANTOS SOARES
Conselheiros

DIRETORIA

XINJIAN CHEN
Diretor Presidente

YI LI
Diretor Executivo Financeiro Adjunto e de
Relações com Investidores

FRANCISCO JOÃO DI MASE GALVÃO JUNIOR
Diretor de Operação e Manutenção Hidrelétrica

RODOLFO COLI DA CUNHA
Diretor Regulatório e de Gestão de Energia

FLAVIO HENRIQUE RIBEIRO
Diretor Administrativo

CONTABILIDADE

RICARDO FERNANDO FERREIRA
Gerente de Serviços Financeiros
CRC 1SP321353/O-4



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
CPFL Energias Renováveis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da CPFL Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

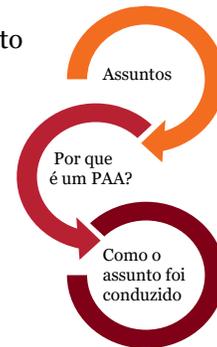
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



CPFL Energia Renováveis S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Avaliação do valor recuperável dos ativos imobilizados (Nota 13)

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas possuem registrado em suas demonstrações financeiras consolidadas os montantes de R\$ 6.988.320 mil, referente a ativos imobilizados, os quais se referem, substancialmente, aos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com os contratos de concessão pública. Para esses ativos, a administração avalia, ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que eles possam ter sofrido impairment. Havendo indicativo, a Companhia estima o seu valor recuperável.

A Administração efetuou, em 2024, a avaliação do valor recuperável dos ativos imobilizados devido a existência de indicadores de perdas por impairment para determinadas UGCs. O valor recuperável foi determinado pela administração pelo valor estimado em uso, calculado com base no método de income approach. Foram identificadas perdas por impairment no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 na ordem de R\$ 56.022 mil.

Consideramos a avaliação do valor recuperável dos ativos imobilizados como um dos principais assuntos de auditoria em virtude da magnitude do saldo e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade. A complexidade advém dos julgamentos significativos em relação à estimativa dos fluxos de caixa futuros, que incluem premissas

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram, entre outros, a discussão com a administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados.

Efetuamos entendimento sobre as políticas da administração e o processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, das projeções dos fluxos de caixa, bem como analisamos as principais premissas utilizadas nas projeções.

Com o apoio dos nossos especialistas internos em avaliação, verificamos a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa para determinadas UGCs com indicativos de impairment, bem como testamos a consistência das informações e principais premissas utilizadas nas projeções tais como quantidade de energia, preços contratados e taxa de desconto, mediante a comparação com: (i) orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração, (ii) premissas e dados de mercado, e (iii) projeções utilizadas em anos anteriores com os resultados efetivos subsequentes.

Efetuamos também análise de sensibilidade das projeções, considerando diferentes intervalos e cenários, e leitura das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Como resultado das evidências obtidas por meio



CPFL Energia Renováveis S.A.

Porque é um PAA

que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado, tais como quantidade de energia, preços contratados e taxa de desconto. Variações nesses julgamentos e premissas podem produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração nas demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que os critérios e premissas utilizadas pela administração da Companhia para a determinação do valor recuperável dos ativos imobilizados, bem como as divulgações efetuadas em notas explicativas, são consistentes com as informações e dados obtidos.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



CPFL Energia Renováveis S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



CPFL Energia Renováveis S.A.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 26 de Fevereiro de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5



DECLARAÇÃO	STATEMENT
<p>Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da CPFL Energias Renováveis S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Jorge Figueiredo Corrêa, nº 1.632, Jardim Professora Tarcília, CEP 13087-397 - Campinas - SP - Brasil, inscrita no CNPJ sob nº 08.439.659/0001-50, declaram que:</p> <p>a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da CPFL Energias Renováveis S.A., de 31 de dezembro de 2024;</p> <p>b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da CPFL Energias Renováveis S.A., de 31 de dezembro de 2024.</p> <p>Campinas, 26 de fevereiro de 2025.</p>	<p>In compliance with the provisions in items V and VI of article 25 of the Brazilian Securities & Exchange Commission (CVM) Instruction No. 480, of December 7, 2009, as amended by CVM Instruction No. 586, of June 8, 2017, the chief executive officer and the officers of CPFL Energias Renováveis S.A., a publicly traded company, with its registered office at Rua Jorge Figueiredo Corrêa, nº 1.632, Jardim Professora Tarcília, CEP 13087-397 - Campinas - SP - Brazil, enrolled with the National Register of Legal Entities (CNPJ) under No. 08.439.659/0001-50, hereby stated that:</p> <p>a) they have reviewed and discussed, and agree with, the opinions expressed in the opinion of PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes on the financial statements of CPFL Energias Renováveis S.A., of December 31, 2024;</p> <p>b) they have reviewed and discussed, and agree with, the financial statements of CPFL Energias Renováveis S.A., of December 31, 2024;</p> <p>Campinas, February 26, 2025.</p>

Ricardo Fernando Ferreira
 Gerente de Serviços Financeiros
 Financial Services Manager
 CPF: 400.474.638-80
 CRC 1SP 321353/O-4

Yi Li
 Diretor Executivo Financeiro Adjunto e de Relações com Investidores
 Deputy Financial Executive Officer and Investor Relations Officer
 CPF: 242.742.868-00

Xinjian Chen
 Diretor Presidente
 President
 CPF: 239.885.728-02